

RELATÓRIO ANUAL DA POBREZA (RAP), 2023

*Um enfoque nos principais desafios de
desenvolvimento do país e nas visões para uma
acção informada e objectiva*

Dezembro de 2023

Apoio:



RELATÓRIO ANUAL DA POBREZA (RAP), 2023

*Um enfoque nos principais desafios de desenvolvimento do país
e nas visões para uma acção informada e objectiva*

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual da Pobreza (RAP), 2023

Propriedade: AAAJC, Projecto VozPoBa

Produção: AAAJC

Sob Número de Registo: 4466/RLIND/2005

Maquetização e impressão: CAM Produções

Tiragem: 1000 exemplares

Maputo, Dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente **Relatório Anual da Pobreza (RAP), 2023** contou com o contributo inestimável de várias instituições, organizações e indivíduos, aos quais expressamos o nosso profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, reconhecemos com gratidão o apoio das instituições governamentais, a todos os níveis, que disponibilizaram dados e informações essenciais para a produção deste relatório. Agradecemos igualmente às organizações da sociedade civil, também em diferentes níveis de intervenção, bem como às agências internacionais e de desenvolvimento, cujo envolvimento foi determinante para a qualidade e profundidade do conteúdo apresentado.

Estendemos o nosso reconhecimento aos membros do Grupo de Coordenação, Grupos de Conteúdo e Grupos de Trabalho envolvidos na domesticação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Moçambique, cuja dedicação e experiência contribuíram significativamente para a análise e estruturação deste documento.

O nosso agradecimento vai ainda para os investigadores e especialistas que, individualmente, partilharam os seus conhecimentos e reflexões, e, de forma especial, para os representantes da base — participantes nos grupos focais realizados ao nível distrital em todas as províncias do país — cujos

testemunhos e percepções trouxeram ao relatório uma perspetiva realista, contextualizada e enriquecedora da situação da pobreza no país.

Queremos, de forma particular, reconhecer o contributo da organização da sociedade civil **MULABA**, baseada na província da Zambézia e co-implementadora do projeto VozPoBa naquela província. A MULABA não só assegurou um apoio técnico de grande relevância, como também disponibilizou os seus recursos digitais e de comunicação, permitindo um alcance mais amplo e eficaz do processo de recolha de informações. O seu envolvimento conferiu ao conteúdo do relatório uma qualidade distinta e um valor adicional.

A todas estas entidades e pessoas, o nosso sincero reconhecimento.

ACRÓNIMOS

AAAJC – Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

ANE – Administração Nacional de Estradas

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BRT – "*Bus Rapid Transit*"

CCP – Conselhos Comunitários de Pesca

CGRN – Comités de Gestão de Recursos Naturais

CO₂ – Dióxido de Carbono

DNAP – Direcção Nacional de Pesca

ETP - Ensino Técnico Profissional

FNDS – Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável

IDEPA – Instituto de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura

IFP – Instituto de Formação de Professores

INAMAR – Instituto Nacional de Administração Marítima

INGD – Instituto Nacional de Gestão de Desastre

IPCC – Instituições de Participação e Consulta Comunitária

LAM – Linhas Aéreas de Moçambique

MEF – Ministério de Economia e Finanças

MISAU – Ministério de Saúde

MRV – "*Measurement, Reporting and Verification*"

NDC – "*Nationally Determined Contribution*"

NOAA – Administração Nacional Oceânica e da Atmosfera

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PES – Plano Económico e Social

PESOD – Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito

PIB – Produto Interno Bruto

PLAs – Planos Locais de Adaptação

PROAGRI – "Programa de Desenvolvimento Agrário"

RAP – Relatório Anual da Pobreza

REVIMO – Rede Viária de Moçambique

SUSTENTA – "Programa de Desenvolvimento Agrário"

TARV – Tratamento Antiretroviral

TRAC – "Empresa Concessionária de Portagens"

UNICEF – "Fundo das Nações Unidas para a Infância"

VT – Vitrine Tecnológica

CONTEÚDO

Introdução

Capítulo I: Alguns aspectos de destaque nos balanços do governo

Breve introdução ao capítulo

- Resumo da Província de Maputo
- Resumo da Província de Gaza
- Resumo da Província de Sofala
- Resumo da Província de Manica
- Resumo da província de Tete
- Resumo da província de Zambézia
- Resumo da Província de Niassa

Capítulo II: Desafios de governação e de desenvolvimento, do ponto de vista da sociedade civil e de outros actores de desenvolvimento interessados

Breve introdução ao capítulo

Situação Geral: Desafios Estruturais da Gestão Pública em Moçambique

Situação em sectores e componentes relevantes

- Saúde
- Saneamento do meio

- Educação
- Agricultura
- Pesca
- Florestas
- Mercado de Carbono
- Eventos Climáticos Extremos
- Transporte
- Infraestruturas
- Juventude e emprego
- O extremismo violento na zona norte do país

Conclusões

Recomendações

Considerações Finais

Bibliografia Relevante

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório Anual da Pobreza (RAP)**, elaborado sob coordenação e facilitação da **Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)**, no âmbito da implementação do **Projecto VozPoBa**.

A designação "RAP" foi adoptada por respeito ao seu valor histórico e simbólico. O termo remonta ao ano de 2005, quando, no contexto da criação do **Observatório de Desenvolvimento**, a sociedade civil procurava consolidar, num único instrumento, as suas preocupações e propostas relativamente à agenda nacional de desenvolvimento. O uso contínuo desta terminologia neste relatório reflecte a afinidade entre os objectivos originais do RAP e os propósitos do Projecto VozPoBa, promovendo, assim, uma linha de continuidade e reforço institucional.

O principal objectivo deste RAP é reunir, de forma sistematizada, um conjunto de elementos relevantes sobre os actuais desafios de desenvolvimento do país. Pretende-se que o relatório sirva como base de reflexão, promova o debate informado e contribua para o desenho de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, incentivando a participação efectiva dos diversos **actores da governação descentralizada**. Adicionalmente, visa traduzir conhecimento técnico e analítico em formatos acessíveis e compreensíveis, especialmente para os membros das **Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC)** e outras estruturas locais de governação, servindo também como fonte de consulta para processos mais amplos de debate político e social.

A estrutura do relatório está dividida em **duas partes principais**, organizadas em capítulos complementares:

- O **Capítulo I** apresenta uma análise crítica dos principais destaques do **Relatório de Balanço do Governo**, com especial enfoque nos resultados do **Plano Económico e Social (PES)** do ano de referência (2022), comparando-os com os dados do ano anterior (2021);
- O **Capítulo II** compila constatações, percepções e recomendações provenientes da Sociedade Civil e de outros actores relevantes, abordando áreas-chave da governação e sectores prioritários para o desenvolvimento nacional.

Ao integrar essas duas perspectivas – a governamental e a da sociedade civil – o RAP procura ampliar e aprofundar o debate sobre os desafios do desenvolvimento, oferecendo uma visão mais holística e realista da situação actual.

É importante reconhecer que o relatório não cobre exaustivamente todos os sectores e dimensões territoriais relevantes. Algumas áreas importantes ficaram de fora, seja por limitações de tempo, recursos ou acesso à informação. Ainda assim, as áreas e sectores abordados são representativos e reflectem temas prioritários no debate público e na intervenção da sociedade civil, permitindo inferências mais amplas sobre a realidade nacional.

Em última instância, o RAP tem como finalidade **estimular o debate construtivo**. Nesse sentido, qualquer crítica ao conteúdo aqui apresentado é não só bem-vinda, mas considerada parte integrante do processo de aprimoramento contínuo da qualidade do diálogo democrático e da participação pública na governação.

CAPÍTULO I: ALGUNS ASPECTOS DE DESTAQUE NOS BALANÇOS DO GOVERNO

Breve introdução ao capítulo

No presente capítulo apresentamos alguns elementos colocados nos Relatórios de Balaço do Governo, referentes ao ano base – ano 2022, na sua comparação com o ano 2021, que pretendem mostrar o desempenho do Governo na implementação dos Planos Públicos.

Aqui consideramos os relatórios de balanço dos Governos Provinciais, onde abordamos 7 províncias (incluindo a Cidade de Maputo), designadamente, Cidade de Maputo, Província de Gaza, Província de Sofala, Província de Manica, Província de Tete; Província da Zambézia e Província de Niassa. A inclusão destas províncias teve como razão única a flexibilidade com que tivemos acessos aos relatórios; e é verdade que estas proporcionam uma base representativa para a generalização da tendência.

Outro aspecto importante é que, por razões de padronização de informações, em relação a estas 7 províncias, apresentamos informações de destaque em apenas dois sectores, designadamente, educação e saúde.

O objectivo é introduzir de forma breve, o conteúdo informado e a forma como é feita a apresentação, de modo a promover uma análise crítica sobre a qualidade e relevância da informação apresentada, e permitir o juízo de valor em relação ao tipo de informação que deve suportar um debate informado.

Aos leitores, apelamos que façam a confrontação entre os destaques apresentados pelos relatórios do governo, nesses dois sectores, e o debate trazido no capítulo seguinte, pelos actores da Sociedade Civil e outros interessados relevantes, e daí seguirem a mesma lógica para consumir as informações dos restantes sectores e áreas apresentados naquele capítulo 2.

Resumo da Província de Maputo

Educação

Em 2022, as matrículas estiveram ao nível de 94,8% do planificado, muito por conta da eliminação do nível básico no ensino técnico profissional, baixa procura do curso noturno e a diminuição dos efetivos da 1ª classe, que pode dever-se à mudança operada nos critérios de ingresso, que só admitem matrícula a crianças que completam 6 anos de idade até 30 de Junho.

A contratação de professores também reduziu em 54.1%, o que denota uma redução da capacidade de resposta à demanda.

Saúde

A taxa de mortalidade à nascença reduziu significativamente, em 2022, em relação ao ano anterior (2021), de 17,78% para 6,67%, respectivamente.

No período em análise (2022), o número de crianças vacinadas reduziu em 3,7%, se comparado com o ano anterior.

Resumo da Província de Gaza

Educação

Foi incrementada em 113% a taxa líquida de escolarização 1ª Classe, contra 101% de 2021, um crescimento de 11,88%.

No quadro da promoção de um sistema educativo inclusivo, eficaz e que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimento, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano, destaque vai para a

abertura de 5 Escolas do Ensino Primário nos Distritos de Chókwe (1), Chicualacuala (1) e Chibuto (3), de um plano de 5, uma realização de 100%, beneficiando a 942 alunos.

Saúde

No âmbito da redução da mortalidade materna, destaca-se a realização de 61.066 partos institucionais, de um plano de 62.003, uma realização de 98%, e crescimento em 0,6% em relação aos 60.701 partos realizados em 2021. Também foram rastreadas 103.970 mulheres para o Cancro do Colo do Útero e da Mama nas Consultas de Planeamento Familiar, de um plano de 76.431, uma realização acima de 100%, um crescimento de 39%, comparativamente as 74.729 mulheres rastreadas em 2021.

Resumo da Província de Sofala

Educação

Na área da Educação, nas 4 Instituições de Formação de Professores, nomeadamente: IFP de Inhamizua-Beira, IFP da Manga-Beira, IFP de Inhaminga-Cheringoma e Escola de Professores do Futuro de Lamego- em Nhamatanda, foram matriculados 1.845 candidatos, dos 1.313 previstos, o que corresponde a uma realização acima de 100% e um crescimento de 87,9% comparativamente a 2021 em que foram matriculados 982 formandos. Dos 1.845 formandos, 686 foram do curso de 12^a+1 e 1.159 do curso de 12^a+3. Estes foram assistidos por 158 Formadores.

Em relação ao Ensino Técnico Profissional, a Província contou com uma rede de 21 estabelecimentos de ensino, sendo 5 públicas, 4 semipúblicas e 12 privadas em funcionamento, onde foram

matriculados 11.141 estudantes, de um plano de 9.775 alunos, o que representa uma realização acima de 100% e um crescimento de 18,5%, comparativamente a 2021 em que foram matriculados 9.406 estudantes. O ETP no ano 2022 contou com um efectivo de 863 formadores.

O Ensino Superior contou com 9 Instituições, sendo, 3 públicas e 6 privadas, onde foram matriculados 21.714 Estudantes dos 25.950 estudantes planificados, o que representa uma realização de 83,7% e um crescimento de 3,9% em relação a 2021 em que foram matriculados 20.907 estudantes. As instituições contaram com um total de 856 docentes, dos quais, 293 licenciados, 473 mestrados e 90 doutorados.

Saúde

Na área de Saúde, a rede sanitária aumentou em 5.1% (184 unidades sanitárias, em 2022, contra 175, em 2021). Este aumento deveu-se à entrada em funcionamento de 9 unidades sanitárias, sendo de Magagade (Caia), de Ndango e Posto de Saúde de Quarenta (Chemba), de Mazimachena (Gorongosa), Posto de Saúde 7 de abril (Marromeu), de Cura e Ndeja (Nhamatanda), de Mandruze Reassentamento (Dondo) e Posto de Saúde de Muziangunguni (Gorongosa).

Consequentemente, a distância média percorrida pela população a procura de cuidados primários de saúde reduziu de 11.35 Km em 2021 para 11.06 km em 2022. Contrariamente, o rácio habitantes / Médico aumentou de 20.391, em 2021, para 20.478, em 2022 (sem incluir Médicos do Hospital Central da Beira), devido ao aumento do número da população que não foi acompanhada proporcionalmente com a colocação de profissionais do sector.

Em contrapartida, o rácio habitantes / técnico de saúde reduziu de 626 habitantes/técnico, em 2021, para 620, em 2022.

Resumo da Província de Manica

Educação

Registou-se um decréscimo de 6.5% na admissão de professores, onde, por sua vez, houve um incremento de matriculados em todos os níveis de ensino, em torno de 5.4%, se comparado com o ano anterior.

O número de estabelecimentos de ensino também registou um crescimento de 57.1%, com uma realização de 100%, se comparado com o ano anterior.

Saúde

O rácio pacientes/médico registou um aumento de 16.227, em 2021, para 16.900, em 2022. O rácio pacientes/enfermeiro registou, contrariamente, um decréscimo de 1.710, em 2021, para 1.610, em 2022.

A província contou com um total de 134 unidades sanitárias e, destas, quatro hospitais distritais (Gondola, Manica, Bárué e Mossorize), e um hospital provincial, localizado na Cidade de Chimoio.

Resumo da província de Tete

Educação

A Província conta com 1.370 estabelecimentos de ensino, sendo 1.325 do Ensino Primário e 45 de Ensino Secundário, de um plano de 1.322. Isto corresponde a uma realização de 100,2%, com um universo de 811.964 alunos, assistidos por 14.736 professores, dos quais 12.298 do Ensino Primário.

A taxa líquida de escolarização das crianças aos 6 anos de idade registou um crescimento em 18,2%, passando de 78,1%, em 2021, para 96,3%, em 2022. A retenção de alunos na 3ª classe registou decréscimo em 2,7%, tendo passado de 79,1%, em 2021, para 76,4%, em 2022. A proporção da rapariga alcançou 50,1% no E.P, 47,3% no ESG1 e 45,7% no ESG2.

Tabela: Indicadores de Educação na província de Tete

Áreas	Indicadores	Real 2021	PO 2022				POG 2020 -2024
			Plano 2022	Real 2022	Grav de Real.	Variação %	
Educação	Taxa líquida de escolarização na 1ª classe, aos 6 anos	78,1	89	96,3	108,2%	23,3	92,6
	Taxa (%) de conclusão escolar no EP1	77,6	73,2	0,0	0,0%	0,0	81
	Taxa (%) de conclusão escolar no EP2	44,1	46,7	0,0	0,0%	0,0	50
	Taxa bruta de escolarização do Ensino EP1	115,3	134,3	111,5	83,0%	-3,3	113,2
	Taxa de retenção no 1º ciclo do Ensino Básico	79,1	74,4	76,4	102,7%	-3,4	87,3
	Nº de Professores Formados	535	1 170	845	72,2%	57,9	0
	Nº de Professores Contratados	723	732	732	100,0%	1,2	2 940
	Nº de Alunos Matriculados	781 298	838 046	811 964	96,9%	-3,9	3 119 965
	Nº de currículos escolares distribuídos	1 301	2 750	782	28,8%	-39,9	33 040
	Nº de salas de aula construídas	94	73	104	142,5%	10,6	355
	Rácio aluno por professor no Ensino Primário do 1º Grau (ensino público diurno)	67	65	66	101,5%	-1,5	58
	Nº de Livros Escolares Distribuídos	1 602 900	1 710 800	1 710 800	100,0%	6,7	9 270 300

Fonte: BdPO, 2022

Saúde

A Província conta com 154 unidades sanitárias, e destas, 148 são centros de saúde de nível primário, assistidos por 2.779 profissionais de saúde, dos quais 48 médicos.

Em 2022, foram 130.277 partos institucionais, dos 138.620 planificados, correspondendo a uma cobertura de 93,9%, contra 121.103 de 2021, o que representa um aumento de 7,5 %.

Também foram rastreadas 147.855 mulheres, para cancro de colo uterino e da mama, das 442.502 planificadas, representando uma realização de 33,4%, contra 137.371 de 2021, um aumento de 7,6%.



Também foram distribuídas 180.005 redes mosquiteiras às mulheres grávidas nas consultas pré-natais em todas unidades sanitárias, representando uma cobertura de 116.9%, de um plano anual de 154.022, e contra 170.536 de 2021, o que significou um aumento de 5,6%.

Resumo da província de Zambézia

Educação

Com a contratação de 982 docentes, em 2022, o ensino primário passou a contar com um efectivo de 25.706 professores. Nestes termos, o rácio alunos/professor fixou-se em 70, enquanto o rácio alunos/turma situou-se em 55.

Tabela 2: Rácio alunos/professor e alunos/turma na província da Zambézia

N/O	Distrito	Alunos EP		Profes EP		Relacao Aluno		Taxa líquidas acs 8	
		M	HM	M	HM	Turma	Profess	M	HM
1	Alto Molicoz	63247	121388	652	1260	53	70	130.5	127.8
2	Chinde	11629	25818	124	433	47	89	104.4	108.1
3	Dande	34295	78183	310	958	58	82	91.6	99.1
4	Gile	36744	73585	346	1247	47	59	107.3	98.1
5	Gumbe	70622	140013	696	1003	55	78	125.6	123.1
6	He	48903	96935	509	1234	56	81	142.3	149.0
7	Inhamitanga	11481	25522	188	414	51	62	72.2	83.8
8	Lusito	11643	25779	187	425	49	61	124.0	131.3
9	Lupata	33520	69339	412	1158	46	60	118.8	124.9
10	Maganha da Costa	25778	56284	362	972	48	60	118.0	128.9
11	Milange	83699	173991	838	2216	63	78	110.4	111.7
12	Mocuba	73804	154193	1045	2065	56	75	131.6	136.6
13	Mocimboa	18701	40824	198	671	50	61	118.5	124.0
14	Motumbo	66537	132743	456	1723	68	77	200.0	194.6
15	Mopani	23448	43041	364	897	45	59	98.3	103.3
16	Morumbala	54059	125448	583	1697	56	74	104.1	113.0
17	Muanetsi	20084	41517	189	964	49	63	115.1	118.8
18	Namucuma	31179	67811	559	1049	52	64	84.5	94.4
19	Namutoni	28389	58744	270	906	54	65	131.6	138.6
20	Nicoadala	31191	65772	607	997	56	66	96.0	99.1
21	Pitsoa	36321	76419	295	980	51	70	127.4	129.1
22	Quelimane	43693	86917	848	1407	58	62	82.0	83.6
TOTAL		859.448	1.799.018	10.238	25.706	68	70	118	121

Fonte: Direcção Provincial de Educação

Saúde

O rácio habitantes/médico passou de 26.190, em 2021, para 26.373, em 2022, enquanto o rácio habitantes/técnico de saúde

melhorou de 1.498, em 2021, para 1.428, em 2022, com a admissão de 15 novos técnicos de saúde.

Resumo da Província de Niassa

Educação

Em 2022, foram contratados 518 professores, dos 527 previstos, correspondendo a 98,3%; 490 foram para o ensino primário e 28 para o ensino secundário, contra 529 contratados em 2021, o que representa uma redução na ordem de 2%.

Também foram inscritos 529.488 alunos da 1ª a 12ª classes (sendo 254.943 mulheres), dos 585.084 previstos, e contra 500.687 alunos inscritos em 2021, o que representa uma realização de 90,5% do planificado, e um crescimento de 5,8%.

Saúde

Em 2022, estavam activos em TARV 55.132 pacientes (sendo 3.728 crianças e 51.404 adultos), dos 44.974 planificados, e contra 44.981 atendidos em 2021, representando um índice de cumprimento da meta na ordem de 122,5% e um aumento de 22,5%.

CAPÍTULO II: DESAFIOS DE GOVERNAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO, DO PONTO DE VISTA DA SOCIEDADE CIVIL E DE OUTROS ACTORES DE DESENVOLVIMENTO INTERESSADOS

Breve introdução ao capítulo

O presente capítulo apresenta constatações em relação a importantes componentes da governação, e elabora o panorama dominante em alguns sectores e áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, do ponto de vista de actores da

Sociedade Civil e de outros actores de desenvolvimento ao nível local e nacional.

Os aspectos abordados são aqui apresentados como uma súmula estruturada do que estes actores têm vindo a colocar nos diferentes meandros de debate, e onde fazem-no com o mais alto senso de neutralidade e realismo, isto é, lendo os factos como eles se manifestam no terreno.

A ideia não é apenas contrapor a forma como são feitas as exposições em relatórios públicos, mas mais do que isso, é descortinar factos que devem orientar o debate e inspirar políticas, de forma abnegado e mais realista, além de estarem aqui aglutinados vários elementos importantes num único documento, que normalmente têm sido matérias de debates sectoriais isolados. E, se calhar, é este último argumento que dá valor a todo um conceito por trás deste documento que intitulamos RAP, que é trazer num único espaços, e de forma selectiva, importantes elementos espalhados pelos diferentes meandros de debate, esperando-se, deste modo, dar uma visão mais consolidada das dinâmicas de desenvolvimento nacional, que é do mais alto interesse dos diferentes stakeholders da governação descentralizada.

Este capítulo tem duas partes principais: a primeira debruça-se sobre aspectos gerais da governação e gestão pública no país, e a segunda aborda a situação em sectores e componentes relevantes, escolhidos de acordo com a sua relevância e interesse dos stakeholders.

Importa ressaltar que, alguns aspectos de natureza transversal não foram nitidamente tratados de forma isolada, mas que mudanças decorrentes das medidas aqui apresentadas também são relevantes para aqueles aspectos de índole transversais.

Situação Geral: Desafios Estruturais da Gestão Pública em Moçambique

A gestão pública em Moçambique tem enfrentado desafios profundos e persistentes que comprometem seriamente a eficácia das políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado. Diversos indicadores apontam para um modelo de governação fragilizado, carente de coerência, coordenação e foco estratégico. Abaixo destacam-se algumas das principais fragilidades observadas:

1. Planificação Pública Desalinhada das Prioridades Locais

A elaboração dos planos públicos frequentemente não reflete as reais necessidades e prioridades das comunidades locais. A priorização é muitas vezes imposta de forma vertical, sem consulta adequada às bases, resultando em políticas públicas descontextualizadas, pouco eficazes e com baixo impacto no bem-estar da população.

2. Descentralização inacabada

No panorama da descentralização, que se acredita que pode desempenhar um papel importante no atendimento às necessidades locais de desenvolvimento, o país registou progressos marcantes no quadro legal e na descentralização administrativa, mas esta dinâmica não tem sido acompanhada, ao mesmo ritmo, pela descentralização financeira, o que fragiliza a eficácia das administrações e instituições de governação descentralizada.

3. Fraca Coordenação e Interdependência Sectorial

Os sectores governamentais funcionam de forma isolada, com escassa articulação entre si. Esta falta de coordenação compromete a eficácia da gestão pública e impede a criação de sinergias entre sectores estratégicos como educação, saúde, agricultura e infraestruturas. A desconexão entre os planos de curto, médio e

longo prazo também revela uma visão fragmentada do desenvolvimento.

4. Estatísticas Inconsistentes e Pouco Fiáveis

Os dados estatísticos utilizados para fundamentar políticas públicas são, por vezes, duvidosos ou contraditórios. Discrepâncias em números populacionais, indicadores socioeconómicos ou dados sobre o desempenho económico dificultam o planeamento baseado em evidências e abrem espaço para manipulações políticas ou técnicas.

5. Relatórios Focados no Quantitativo, Ignorando o Qualitativo

Os relatórios de desempenho dos programas governamentais tendem a privilegiar métricas quantitativas (número de escolas construídas, estradas reabilitadas, etc.) em detrimento de análises qualitativas, que revelem o impacto real das políticas na vida dos cidadãos. A ausência de avaliações de impacto limita a aprendizagem institucional e a correção de falhas.

6. Indicadores de Execução Irrealistas

É recorrente a apresentação de taxas de realização superiores a 100%, o que levanta sérias dúvidas sobre os métodos de planificação, monitoria e avaliação. Esta prática pode reflectir uma cultura de maquilhagem dos resultados, com o objetivo de apresentar uma imagem irreal de sucesso.

7. Erosão das Bases da Democracia

Há sinais crescentes de deterioração do ambiente democrático, traduzidos na desconfiança dos gestores públicos em relação à sociedade civil, no controlo do acesso à informação pública, na intimidação de vozes críticas, e na partidarização de instituições e funções públicas. Estes elementos corroem o espaço cívico e minam os princípios fundamentais da governação participativa e transparente.

8. Corrupção Sistémica

A corrupção, tanto a de pequena escala (no atendimento público, serviços administrativos, etc.) quanto a de grande escala (ligada a contratos públicos, recursos naturais, dívida pública, etc.), é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento. A impunidade, a fraca capacidade investigativa e a interferência política nas instituições de controlo impedem a responsabilização e reforçam ciclos de má gestão. As instituições de fiscalização (incluindo as ligadas à governação descentralizada) e de justiça, não têm mostrado capacidade para transpor estes males instalados.

9. Elevado Custo de Vida e Exploração Económica

O custo de vida tem aumentado substancialmente, afetando sobretudo os mais pobres. Na base desta situação estão factores como:

- Importação líquida de bens de primeira necessidade, sem estímulo à produção nacional;
- Altos impostos e taxas, que elevam o preço final dos produtos;
- Preços dos combustíveis muito superiores aos praticados nos países vizinhos (por exemplo, Malawi), possivelmente inflacionados por impostos excessivos e cartéis;
- Portagens dispendiosas e espalhadas indiscriminadamente pelas estradas do país, com tarifas que penalizam os cidadãos e parecem beneficiar apenas uma minoria com interesses empresariais.

Tudo isto configura um ambiente de "capitalismo selvagem", onde o Estado, ao invés de proteger o interesse público, parece facilitar a exploração económica por parte de grupos privilegiados.

10. Gestão Ineficiente do Sector Empresarial do Estado

Empresas Públicas continuam a consumir recursos significativos do Estado, muitas vezes sem demonstrar viabilidade económica. Os investimentos são mal planeados, gerando despesismo e desperdício de fundos públicos, sem retorno social ou económico significativo. As empresas públicas também apresentam indícios de acomodarem circuitos de corrupção, conflito de interesses e ladroagem – o caso da LAM.

11. Impactos dos Eventos Climáticos Extremos

Moçambique está cada vez mais exposto a eventos climáticos extremos (ciclones, cheias, secas), que afetam severamente a agricultura, infraestruturas e meios de subsistência. A resposta do Estado tem sido reativa e pouco integrada, com fraca capacidade de prevenção, mitigação e resiliência comunitária.

12. Insurgência Armada no Norte

A instabilidade na província de Cabo Delgado continua a gerar impactos profundos no tecido social e económico da região. As causas da insurgência, frequentemente associadas à exclusão social, má governação, e frustração local face à exploração dos recursos naturais, continuam a ser mal compreendidas e mal tratadas pelas autoridades.

13. Falta de Apoio ao Sector Produtivo Nacional

O sector produtivo nacional carece de apoio consistente por parte do Estado. Falta crédito acessível, assistência técnica, proteção no mercado interno, incentivos à industrialização e políticas públicas que promovam o "*Made in Mozambique*" como eixo do crescimento económico.

14. Fraco Aproveitamento dos Recursos Naturais

Apesar da abundância de recursos naturais, os ganhos para o país continuam a ser limitados por:

- Isenções fiscais excessivas e mal justificadas;
- Ausência de políticas robustas de conteúdo local, que garantam que os benefícios fiquem dentro do país;
- Fraca proteção dos direitos das comunidades locais, muitas vezes deslocadas ou marginalizadas sem compensações justas.

Situação em sectores e componentes relevantes

Saúde

O bom desempenho do sector de Saúde é crucial, pois é a condição mais importante para a melhoria da qualidade de vida, combate a doenças endémicas, promoção do desenvolvimento económico, redução da pobreza, promoção de estabilidade social e cumprimento de todos os restantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que resume o essencial do ideal da vida humana.

O sector de Saúde, em Moçambique, vem sendo confrontado com uma multiplicidade de fraquezas e constrangimento que vem reduzindo sobremaneira o seu desempenho. Actores da Sociedade Civil, no seu trabalho de auditorias sociais e auscultações aos utentes, no âmbito da monitoria da qualidade dos serviços públicos, identificaram um conjunto de constrangimentos que, de forma resumida, aqui apresentamos:

- Baixa disponibilidade de fármacos a nível das Unidades Sanitárias públicas;
- Recursos Humanos insuficientes para responder à demanda e, conseqüentemente, baixa qualidade do atendimento aos pacientes;

Caso marcante: A insuficiência de pessoal nos centros de saúde está a fazer com que, em algumas unidades, uma pessoa responda por todas as áreas (triagens de adultos, farmácia, consultas externas de HIV, Programa Alargado de Vacinação, planeamento, Consulta de Criança em Risco, Consulta de Crianças Sadia, etc.).

- Falta de máquinas, equipamentos e materiais básicos para diagnósticos e análises clínicas nas unidades sanitárias públicas;
- Persistem situações de mau atendimento nas unidades sanitárias, com particular destaque para serviços de maternidade;
- Unidades sanitárias sem água, o que constitui um risco sério para os pacientes e acompanhantes;
- Muitas unidades sanitárias com sanitários em condições deploráveis (imundices).

Considerando os constrangimentos identificados acima, os actores da Sociedade Civil e outros actores de desenvolvimento têm se desdobrado na busca de conhecimento e experiências, de modo a recomendar mudanças no país, de acordo com o actual contexto.

Com base nas informações recolhidas, a seguir apresentamos uma grelha de acções potenciais que devem ser implementadas ou aprimoradas, para mudar o actual figurino do sector de Saúde no país:

Fornecimento de medicamentos/insumos essenciais

- Deve fortalecer-se a cadeia de abastecimento: melhorar armazéns regionais, logística, transporte, sistemas de rastreio ("track & trace") para garantir que medicamentos não se perdem ou deterioram;

- Organizar inventários digitais regulares, previsão de necessidades, funil de pedidos mais transparente para reduzir rupturas;
- Estabelecer um programa de reserva estratégica para emergências, desastres naturais etc.; e
- Parcerias com organizações internacionais para ajuda emergencial, mas com reforço da autonomia nacional: adquirir insumos localmente sempre que possível, reduzir dependência excessiva de importações.

Recursos humanos

- Expandir e formalizar a função de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) - *Community Health Workers*: Moçambique já dobrou o número de ACS, entre 2018 e 2022, de cerca de 1.000 para 8.300, que cobrem muitos domicílios nas zonas rurais;
- Treinamento contínuo e reforço de capacidade: capacitação baseada em competências, formação digital ou *blended* (presencial + remoto) para trabalhadores em áreas remotas. Ex: programa "Alcançar", que usou ferramentas digitais para reforçar conhecimento de profissionais de saúde em maternidade e cuidados infantis;
- Incentivos para fixação de pessoal em zonas remotas: alojamento, remuneração adicional (bónus de difícil acesso), progressão de carreira, protecção social;
- Melhorar a supervisão, mentoria e acompanhamento de desempenho para que trabalhadores se sintam apoiados; e
- Melhor planeamento da força de trabalho: quantificar necessidades, distribuir de acordo com cargas de trabalho e acesso populacional.

Atendimento/qualidade do serviço

- Protocolos de atendimento bem definidos e atualizados, com supervisão para garantir aderência;
- Aproveitar redes de ACS para triagem, educação em saúde e encaminhamentos oportunos, reduzindo sobrecarga nas unidades de saúde;
- Uso de inovações digitais para formação contínua e consultas de apoio/telemedicina onde aplicável;
- Foco no atendimento centrado no paciente: reduzir tempos de espera, melhorar acolhimento e garantir privacidade e dignidade; e
- Monitoria de qualidade: indicadores de desempenho, auditorias e feedback das comunidades.

Materiais, equipamentos e infraestruturas

- Proceder ao inventário mínimo normativo para cada tipo de unidades de saúde (equipamento e instrumentos) e verificar sua existência/funcionalidade;
- Intensificar programas de manutenção preventiva e reparos rápidos: equipamentos inutilizados não ajudam;
- Desenvolver parcerias públicoprivadas ou com ONGs para fornecimento de equipamentos básicos e geração de energia (painéis solares, geradores) em zonas sem acesso confiável à eletricidade;
- Intensificar o uso de soluções de baixo custo/adaptadas: equipamentos robustos, fáceis de manter e à base de peças locais; e
- Promover investimentos em água potável e saneamento nos centros de saúde: sanitários funcionais, água corrente ou sistemas de captação/purificação. [Ambiente físico limpo reduz infecções hospitalares].

Água, saneamento e higiene

- Garantir boas condições de água potável e saneamento nos postos de saúde: fonte confiável e tratamento onde necessário;
- Instalação de procedimentos de lavagem de mãos com sabão ou desinfetante e sistemas de gestão de resíduos médicos/sanitários;
- Educação comunitária sobre higiene básica, uso de saneamento e envolver comunidades para manter instalações; e
- Desenvolver parcerias com ONGs especializadas em água e saneamento, para financiar infraestruturas na saúde.

Financiamento, governação e gestão

- Aumentar o orçamento para a saúde, especificamente para saúde primária, infraestrutura, manutenção e recursos humanos.
- Melhor a coordenação entre o MISAU, províncias e distritos, para que decisões de aquisição, distribuição e manutenção sejam descentralizadas onde necessário;
- Promover transparência no uso de recursos, prestação de contas e envolvimento da comunidade nos processos de supervisão;
- Promover políticas e incentivos para atrair e reter profissionais, assim como definir prioridades locais de saúde; e
- Integrar saúde com outros sectores (água, educação, transporte, infraestruturas), para a optimização o uso de recursos de forma circular.

Uso de tecnologias e inovação

- Introduzir aplicativos móveis para monitoramento de estoques, utilização de medicamentos e reporte de falta de insumos;

- Introduzir telemedicina e consultas virtuais, onde seja possível, para suporte a profissionais isolados;
- Promover capacitação digital (como o programa "Alcançar"), para aumentar competências dos trabalhadores; e
- Fortalecer o sistemas de informação de saúde, com dados confiáveis para tomada de decisão: mapas de cobertura, mortalidade, morbidade e padrões de uso do sistema de saúde.

Comunidades e participação social

- Engajar comunidades na identificação de necessidades, monitoramento de qualidade, advocacia local (como o exemplo de Monapo, onde a comunidade conseguiu que fosse contratado mais um enfermeiro e melhorado atendimento);
- Promover educação em saúde comunitária, para sensibilizar sobre prevenção, uso correto de medicamentos e importância de higiene e saneamento; e
- Articular com líderes locais, agentes comunitários, igrejas ou outras instituições comunitárias para disseminação de boas práticas.

Intervenções estratégicas prioritárias

Dar foco em Saúde Primária e serviços comunitários — ampliar a cobertura com agentes comunitários bem treinados, levando prevenção, educação em saúde e diagnóstico precoce para o nível mais próximo da população;

Descentralizar com responsabilidade — dar aos distritos/províncias mais autonomia para gerir orçamento, recursos humanos, materiais e com mecanismos de prestação de contas;

Melhorar o planejamento e gestão da cadeia de abastecimento —

sistema robusto para previsão, compra, armazenamento e distribuição de medicamentos e insumos;

Desenvolver investimentos em infraestruturas essenciais — água, saneamento, eletricidade, equipamentos básicos e manutenção;

Promover capacitação contínua e incentivos para profissionais — formação inicial e contínua, incentivos para trabalho em zonas remotas e condições de trabalho decentes;

Promover a integração intersectorial — saúde ligada ao saneamento, água, transporte e educação, para lidar com determinantes sociais da saúde;

Promover o uso de dados, tecnologia e inovação — para monitorar, planificar, supervisionar, capacitar e otimizar recursos; e

Reforçar a participação comunitária e accountability — comunidades como parceiras, envolvidas na planificação, supervisão e avaliação, o que aumenta a aceitação, responsabilidade e adequação local das intervenções.

Saneamento do meio

Os problemas de saneamento do meio em Maputo e outros centros urbanos moçambicanos são complexos e interligados, caracterizando-se, essencialmente, por:

- Falta de sanitários públicos na urbe, o que tem levado as pessoas a recorrer às árvores e aos contentores de lixo;
- O sistema de drenagem é bastante deficiente na cidade de Maputo, o que faz com que haja inundações, quando chove, incluindo o transborde de águas negras e o fraco escoamento seguro das mesmas;

- A recolha de resíduos sólidos tem seguido uma rotina regular satisfatória, mas falha o manuseamento público do lixo nos locais dos contentores, o que dificulta a sua recolha, ou cria ineficiências na recolha.

Melhorar o saneamento do meio em Maputo e noutras cidades moçambicanas exige vontade política, mobilização comunitária, inovação e investimento contínuo. As ações não podem ser isoladas; devem integrar-se num plano urbano sustentável com foco em infraestrutura, educação e boa governação.

Capitalizando o conhecimento e experiências acumuladas, bem como outras realidades, a Sociedade Civil avança um quadro de intervenções necessárias, para a melhoria do saneamento do meio nos principais centros urbanos do país, com destaque particular para a cidade de Maputo:

1. Construção e manutenção de sanitários públicos

- Construir casas de banho públicas em pontos estratégicos da cidade (mercados, terminais de transporte, bairros densamente povoados). Para tal pode-se estabelecer parcerias público-privadas para a construção e gestão desses sanitários;
- Implementar um sistema de pagamento simbólico (ex: 5-10 Mt), para garantir limpeza e manutenção regular; e
- Envolver associações comunitárias na gestão local dos sanitários, garantindo empregos e responsabilidade comunitária.

2. Reabilitação e expansão do sistema de drenagem

- Reabilitar, de forma urgente, as valas de drenagem entupidas ou mal construídas;

- Construir novas infraestruturas de drenagem urbana, adaptadas ao crescimento populacional e mudanças climáticas;
- Introduzir soluções baseadas na natureza, como jardins de chuva, pavimentos permeáveis e zonas verdes que absorvam águas pluviais;
- Realizar limpezas periódicas das valas, especialmente antes e durante a época chuvosa; e
- Criar campanhas educativas sobre não despejar lixo nas valas, com penalizações para infractores.

3. Gestão adequada de resíduos sólidos urbanos

- Aumentar a frequência da recolha de lixo, especialmente em bairros periféricos;
- Introduzir sistemas de separação de resíduos (orgânicos, recicláveis, não recicláveis) desde a origem;
- Estabelecer pontos de recolha comunitários, com contentores adequados e fechados, para evitar proliferação de doenças;
- Promover programas de reciclagem e criação de cooperativas de catadores, com apoio técnico e logístico; e
- Incentivar a redução e reutilização de resíduos, através de campanhas nas escolas, mercados e imprensa local.

4. Educação e sensibilização ambiental

- Promover campanhas de educação comunitária regulares sobre higiene, manuseamento de lixo e importância do saneamento;

- Introduzir conteúdos de educação ambiental nos currículos escolares desde o ensino primário;
- Envolver líderes comunitários, religiosos e influenciadores locais nas campanhas de sensibilização; e
- Utilizar rádios comunitárias e redes sociais para divulgação de boas práticas e alertas sobre riscos sanitários.

5. Governação urbana e fiscalização

- Fortalecer a capacidade institucional dos municípios, com formação e recursos para os serviços de saneamento;
- Implementar planos directores urbanos que integrem saneamento, gestão de resíduos e drenagem de forma coordenada;
- Criar sistemas de monitoria e avaliação para medir o progresso das acções implementadas; e
- Promover a participação pública na elaboração e fiscalização das políticas públicas de saneamento.

6. Investimento e financiamento sustentável

- Mobilizar fundos internacionais (ex: Banco Mundial, BAD, ONU-Habitat) para projetos de saneamento urbano;
- Criar fundos municipais de saneamento, com contribuição de taxas locais e apoio do governo central; e
- Criar incentivos fiscais para empresas que invistam em soluções de saneamento e reciclagem.

Educação

A educação é fundamental para o desenvolvimento de Moçambique em várias dimensões – económica, social, política e cultural.

O sector da educação em Moçambique enfrenta uma série de problemas complexos e interligados, que vão desde a sua estrutura, o financiamento, a qualidade, o nível de acesso e o impacto social.

A Sociedade Civil e outros actores de desenvolvimento têm-se engajado afincadamente na busca da compreensão das dinâmicas neste sector, de modo a promover um debate informado e influenciar políticas e estratégias, para que este sector vital tenha um desempenho adequado, consistente com os objectivos de desenvolvimento do país.

A seguir, apresentamos os factores na base do fraco desempenho deste sector no país:

- Persistência de alto rácio alunos/professor;

Caso marcante: Na Escola Secundária de Nicuadala, na Zambézia, em média uma turma de 8ª classe possui 111 alunos, o que torna praticamente impossível a administração do processo ensino-aprendizagem e a dedicação de atenção adequada a cada aluno(a).

- Existências de muitas turmas que ainda funcionam ao relento;
- Condições deploráveis dos sanitários (imundices), em muitas escolas, muitas vezes sem água e que constituem condições propícias para contração de doenças;
- Atraso de manuais em algumas escolas primárias;

- Erros recorrentes em manuais do ensino primário;
- Falta de manuais e fraca padronização dos mesmos nas escolas secundárias;
- Mudanças frequentes de Currículos;
- Professores mal preparados e sem capacidade necessária para ensinar;
- Persistência de assédio sexual, muitas vezes protagonizado por professores, nas escolas;
- Situações de consumo de drogas e roubos nas escolas;
- Fraco conhecimento e domínio de matérias pelos alunos e estudantes.

Para melhorar a qualidade da educação em Moçambique, diante dos desafios complexos e interligados acima arrolados, é necessário um conjunto abrangente e coordenado de medidas estruturais, pedagógicas, institucionais e sociais.

A seguir apresentamos uma grelha de potenciais medidas, sistematizadas a partir das propostas feitas pela Sociedade Civil e outros actores de desenvolvimento, nos diferentes espaços e esferas de debate, que se afiguram relevantes para a consideração pelo Governo, muito em particular pelos gestores do sector de educação:

1. Infraestruturas escolares dignas

- Construir e reabilitar salas de aula com prioridade para zonas rurais e periféricas;
- Instalar sanitários adequados e separados por sexo, com sistemas simples de água (como furos ou cisternas) para

garantir higiene;

- Desenvolver parcerias público-privadas e com ONGs, para mobilização de fundos para infraestruturas; e
- Introduzir infraestruturas modulares temporárias em locais de maior urgência.

2. Redução do rácio aluno/professor

- Recrutar mais professores, com foco em zonas críticas;
- Introduzir turmas em turnos (manhã/tarde/noite) enquanto se ampliam infraestruturas; e
- Intensificar a formação acelerada e contínua de professores através de cursos semi-presenciais e programas modulares.

3. Qualidade dos professores

- Reforçar os institutos de formação de professores (IFP) com melhores conteúdos, práticas pedagógicas e ética profissional;
- Estabelecer avaliações regulares e obrigatórias de desempenho docente;
- Criar e aplicar códigos de conduta com sanções claras contra práticas de assédio sexual, com mecanismos de denúncia seguros e confidenciais; e
- Introduzir programas obrigatórios de ética e proteção da criança na formação inicial e contínua.

4. Reformulação dos materiais didáticos

- Centralizar e profissionalizar a produção de manuais, com revisão técnica por especialistas independentes;

- Distribuir antecipada e eficazmente os manuais escolares, com uso de tecnologia para rastrear entregas;
- Digitalizar os manuais e acesso online gratuito, para alunos e professores com acesso à internet; e
- Uniformizar os manuais nas escolas secundárias, com revisão periódica e participação de professores no processo.

5. Estabilidade e coerência curricular

- Estabelecer um Conselho Nacional de Educação, para avaliar mudanças curriculares de forma participativa e técnica;
- Planificar a longo prazo a revisão curricular, com ciclos previsíveis (ex.: a cada 10 anos); e
- Formar professores nas mudanças curriculares, antes da sua implementação.

6. Combate a problemas sociais nas escolas

- Introduzir psicólogos escolares e assistentes sociais nas escolas maiores ou agrupadas;
- Criar clubes escolares de cidadania, saúde sexual e reprodutiva, e combate às drogas;
- Estabelecer parcerias com a polícia comunitária e líderes locais para segurança escolar; e
- Introduzir programas de educação em valores e ética, integrados nas disciplinas existentes.

7. Aprendizagem e domínio de conteúdos

- Aplicar avaliações nacionais regulares de aprendizagem, para identificar lacunas por região;
- Introduzir programas de reforço escolar extra-aulas em disciplinas-chave (língua portuguesa e matemática);
- Promover formação contínua dos professores em metodologias activas de ensino/aprendizagem centradas no aluno; e
- Criar plataformas digitais ou rádios comunitárias educativas para suporte complementar.

8. Participação comunitária e governação escolar

- Reforçar os conselhos de escola com maior envolvimento dos pais, encarregados de educação e líderes comunitários;
- Promover a prestação de contas pública sobre uso de fundos escolares; e
- Introduzir programas de monitoria comunitária da qualidade da educação.

Agricultura

Os elementos que aqui são colocados estão relacionados com os camponeses e agricultores locais, e não grades explorações agrícolas comerciais (onde existam), que podem ser abrangidas apenas para situações de usurpação de terras, mas que foram raramente denunciadas e que, por isso, não são o foco do presente trabalho.

Moçambique possui uma preponderância de solos agrícolas, e a agricultura é a principal actividade económica do país. Estatísticas

mostram que, cerca de 80% da população depende deste sector para a subsistência (produção de comida e geração de rendimentos).

Embora seja o principal sector da economia nacional, a agricultura no país é predominantemente de subsistência. Além disso, ao longo dos tempos, os solos têm-se degradado, devido à crescente acção humana, com particular ênfase para o desmatamento, a actividade extractiva, que acelera a erosão, e a ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como, ciclones tropicais, secas e cheias, e a bem como a ocorrência de pragas.

A população ao nível da base, representada pelas principais associações (com destaque para uniões e cooperativas), refere que, estratégias agrárias públicas no país têm assumido um carácter paliativo, não havendo uma orientação objectiva para a transformação da agricultura para uma de altos rendimentos. Neste contexto, tem sido promovido e encorajada a adopção de sementes melhoradas (resistentes a secas e cheias) pelos camponeses e agricultores, como uma medida de adaptação, e têm sido recomendados tipos de culturas, de acordo com as características dos solos.

Além dos esforços no campo de adaptação, também há esforços notórios na promoção da preservação dos solos, perante a contínua perda de qualidade. Neste âmbito, a orientação tem sido no sentido de apelar para o uso de tecnologias de produção menos prejudiciais dos solos pelos camponeses e agricultores, e a "Agricultura de Conservação" tem sido um importante campo de ensaio.

Apesar dos esforços, a "agricultura de conservação" não tem sido opção para muitos, pois requer técnicas mais exigentes (ex.: necessidade de ter os campos cobertos, a necessidade de plantio em consórcio de culturas e o não-uso de adubos químicos ou quaisquer outros agrotóxicos). O maior factor desencorajador tem sido o facto de, nos primeiros anos, os rendimentos serem baixos, o

que desestimula a aderência dos camponeses, cujo consumo familiar e geração de rendimento agrícola dependem das safras anuais, ano após ano, o significa que, a baixa produção num ano traduz-se em penúria.

Com o apoio de algumas ONG e Associações viradas para a área da agricultura, e a acção de uniões e cooperativas do sector, têm se procurado difundir conhecimento sobre técnicas inovadoras; neste âmbito, o potencial de extensionistas tem sido posto à prova. Têm havido esforços na operacionalização de "Vitrina Tecnológica (VT)" (por vezes conhecidas por "Machamba Modelo") como campos de ensaio e transmissão do conhecimento aos camponeses ao nível de algumas comunidades agrárias da base. Contudo, o seu impacto têm sido limitado, e, cada vez mais, cresce a consciência sobre a necessidade de uma política mais holística que possa conjugar um conjunto de elementos que devem ser estimulados, como única forma de tirar a agricultura nacional do actual espectro sombrio.

Os elementos que têm sido de consenso nos diferentes meandros de debate sobre o desenvolvimento agrário no país, e que têm-se inspirado em várias experiências internacionais são:

1ª, Questões de acesso e aproveitamento da terra, que continuam a apresentar constrangimentos. Em relação a estes aspectos, os stakeholders do sector agrário ao nível da base apresentam dois principais constrangimentos: i), o tamanho das explorações familiares, que são predominantemente pequenas ou micro e que constroem esforços de mecanização; uma reorientação da posse e uso de terras, neste contexto, traz consigo desafios relacionados com o tipo de organização da mão de obra e de partilha de rendimentos pelas diferentes famílias; ii) Existência de terras férteis com titulares, mas desaproveitadas e sem qualquer perspectiva descortinável de seu uso, o que constroem iniciativas locais de seu aproveitamento. Nas duas circunstâncias, há uma necessidade duma reforma de terra objectiva, que possa resolver estas duas questões;

2ª, O limitado acesso ao capital para sector agrário, o que constrange a aquisição de equipamentos e insumos agrícolas. Em relação a este constrangimento, os actores da base referem que, os apoios públicos ao sector agrário não têm sido objectivos, não obstante as medidas de estímulo económico, recentemente decretadas pelo Governo, que têm alguma atenção particular ao sector, mas que carecem de condições anímicas que tratamos nos pontos aqui apresentados. Referem que, mais graves ainda têm sido as denunciadas práticas sistemáticas de conflito de interesses e corrupção ao nível das instituições de tutela da agricultura no país, particularmente no concernente à utilização de fundos externos que têm sido canalizados para o sector, problemas relatados desde o PROAGRI até ao actual Programa SUSTENTA. Perante esta situação, os actores da base acham que, a agricultura no país não passa de prioridade nominal ou teórica do governo, e não haverá mudanças, caso o actual contexto prevaleça;

3ª, A fraca cadeia de valor, que se caracteriza essencialmente pela falta de facilidades de transformação local da produção agrária em derivados, e a fraca absorção da produção agrária pela indústria local. Aqui tomam como indicação importante das possibilidades do país a produção de cerveja à base da mandioca, mas lamenta a falta de materialização de iniciativas como a produção de farinha com teor de mandioca para a indústria de panificação, a falta de produção de sumos, iogurtes, queijos, etc. à base da produção agrária local, assim como a não produção de biocombustíveis, com tanto potencial existente localmente, só para citar alguns exemplos, aspectos estes que, do ponto de vista dos actores da base, suscitaram debates no passado e constaram da agenda do Governo, mas que nunca se materializaram. Também apontam a escassez de infraestruturas para o desenvolvimento do agronegócio, com particular destaque para facilidades de armazenamento, conservação, mas também vias de acesso para o escoamento da produção que, aliás, são matéria do ponto a seguir;

e

4º, O pobre tecido infraestrutural, com destaque para a falta de vias de acesso que liguem os campos de produção aos principais mercados, e que permitam baixos custos, maiores rendimentos aos produtores locais, estímulo ao investimentos e substituição de importações.

Na visão dos actores da base, não haverá transformação agrária nos moldes preconizados, e dificilmente a agricultura de subsistência desaparecerá, caso os aspectos basilares acima não encontrem uma resposta objectiva nas políticas e estratégias de desenvolvimento agrário do país, não obstante toda e qualquer iniciativa, tanto interna como externa, de apoio ao sector.

Pesca

A pesca que aqui tratamos é aquela com impacto directo nas comunidades locais. Portanto, não trazemos aqui aspectos relacionados com a pesca de grandes corporações industriais, eventualmente virada para a exportação, onde possa existir.

Além disso, pelo potencial pesqueiro envolvido e, consequentemente, pela disponibilidade de informação (concedida pelos actores ao nível da base), aqui consideramos a pesca marinha e costeira, não incluindo a pesca ao nível dos rios e albufeiras, no interland.

De acordo com informações colectadas junto dos actores da base, o Banco de Sofala é a principal zona pesqueira do país. E segundo os dados, no Banco de Sofala, o maior potencial de pesca ocorre na Zambézia, com 43% do total.

O maior problema destacado é o facto do volume de captura de mariscos estar a reduzir rapidamente (e, consequentemente, rendimentos da população local), muito por conta da destruição do

mangal (o berço de reprodução de espécies marinhas, tanto para a fauna principal, com destaque para o camarão, como para a fauna acompanhante – o peixe), não apenas na faixa costeira, bem assim nos estuários e afluentes, mas também o impacto negativo do uso crescente de artes pesqueiras nocivas (que dizimam inclusivamente os juvenis e as larvas). Estes dois factores são responsáveis principais da rápida redução da ocorrência e da qualidade das pescarias, mesmo com a intensificação do uso de Declarações de Verificação pelo Instituto Nacional de Pescas e pelo Instituto Nacional de Administração Marítima (INAMAR).

Dados oficiais confirmam esta tendência e mostram que, hoje há sobrepesca de crescimento de 90% no camarão, e este marisco está a ser capturado muito pequeno e com baixo valor comercial, pondo, inclusivamente, a espécie sob risco de extinção.

Constatamos esforços do Governo no sentido de reduzir a sobrepesca de crescimento. Neste âmbito, algumas medidas tem sido decretadas, tais como a introdução de "períodos de veda" (Novembro a Março – para o crescimento), particularmente para camarão (com as suas duas fases – marinha e estuária), caranguejo e polvo, mas também os "períodos de defeso" (de Novembro a Fevereiro – para a reprodução).

Infelizmente, os períodos de veda e de defeso afectam drasticamente o rendimento das comunidades pesqueiras do litoral e aumentam a sua vulnerabilidade, o que leva a que aquelas recorram cada vez mais a recursos florestais, com particular destaque para o mangal, através da produção de carvão e de lenha/biomassa, mas também a extracção de estacas de construção, o que transfere o problema da captura de mariscos para a destruição do seu berço natural – o mangal.

Portanto, é preciso medidas mais arrojadas, entre elas, a promoção da piscicultura, que envolve a criação de peixe (e de caranguejo) em cativeiro (o caso da "tilápia moçâmbico" e da "tilápia nilótica")

através de tanques de betão (onde houver capacidade), ou tanques escavados em terra (mais acessíveis e de fácil renovação das águas), ou tanques rede (também conhecidos por "gaiolas flutuantes"), na base do princípio de contrabalanço em relação ao berço mangal, não obstante o facto da aquisição de alvinos ser outro desafio a encontrar resposta, com a assistência do Instituto de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura (IDEPA).

Os actores locais também destacaram a necessidade de reforçar a economia circular, fundada na parceria entre comunidades pesqueiras locais e lodges comunitários e envolvendo a pesca desportiva e o turismo de contemplação, com os pescadores criando a figura alternativa de guia turístico, assim como o reforço do papel dos "ringuistas" na comercialização do pescado, através da articulação com os Conselhos Comunitários de Pesca (CCP), e em colaboração com a direcção Nacional de Pescas (DNAP), como elementos que também podem contribuir significativamente para a protecção e preservação de espécies marinhas, e para o relançamento da economia local, numa perspectiva sustentável.

Florestas

Na componente de florestas, os actores locais distinguem o "mangal" e a "floresta de miombo".

O Mangal

A Floresta de Mangal localiza-se em todas as províncias costeiras do país, sendo mais preponderante na zona centro do país, muito em particular no Delta do Zambeze e nos arredores da Cidade de Quelimane.

A floresta de mangal é considerada o principal ecossistema costeiro entre o meio marinho e terrestre, adaptado a condições extremas

de salinidade, ventos e marés, e é um ecossistema considerado indispensável para os seres vivos.

Das funções naturais do mangal, destaque vai para a protecção costeira, servindo de barreira contra ventos e marés e, sobretudo, proporcionando consistência ao solo costeiro e ribeirinho dos estuários e afluentes, e serve de berço para a reprodução de espécies marinhas. O mangal também é a planta que mais produz oxigénio e mais sequestra carbono, logo a seguir às algas, sequestrando carbono 5 vezes mais do que a vegetação maior. Estudos mostram que, um único salgueiro jovem pode sequestrar até 150 toneladas de carbono por ano.

Além disso, o mangal é um campo excepcional para a produção de mel, sendo o mel aí produzido o que maior valor comercial tem no mundo. A população local também serve o mangal de barreira natural mais produtiva associada a tanques piscícolas escavados.

O grande constrangimento apontado pelos actores da base é que, as comunidades locais (e de forma crescente, no contexto de redução de rendimentos da pesca) também têm no mangal uma alternativa de geração de rendimento e sobrevivência, através da produção de carvão, extracção de lenha/biomassa, extracção de estacas para a construção, sendo estas actividades as principais responsáveis pelo seu desflorestamento, embora a indústria extractiva, nomeadamente a exploração de areias pesadas, também tenha um efeito nocivo pela fraca observância das normas ambientais.

De facto, estudos recentes mostram que, nos últimos anos, verifica-se uma alta taxa de degradação de mangais em toda a zona costeira de Moçambique; estimativas apontam para uma redução da cobertura do mangal a uma taxa de aproximadamente 2% ao ano, nos últimos 10 anos.

Existem iniciativas de repovoamento do mangal que apresentam

abordagens que podem inspirar uma acção mais abrangente. Por exemplo, na Zambézia, está a "Blue Forest", que pretende repovoar mangal naquela província, e com concessão para expandir a sua acção para a província de Sofala, uma iniciativa que, segundo informações oficiais, está inserida no âmbito do mercado de carbono nacional (tratamos desta matéria mais adiante).

A "Blue Forest", é uma empresa privada de capitais externos que, de acordo com informações oficiais, possui uma concessão válida por 25 anos, e que pretende repovoar 5.000 ha na faixa de Quelimane, onde esforços pilotos visíveis de acção são notórios no Posto Administrativo de Maquival, Localidade de Zalala, abrangindo as comunidades de Safur, Mucussa, Barroni, Sopinho 1, Sopinho 2, Laboni, Malanha, Tati, Mucore, Colongoni, Marrongani, longe e Idugo. Estão também no Projecto as comunidades de Insidua, Mirazane, Madal, Moropue e Chuabo Dembe.

A abordagem da "Blue Forest" é trabalhar com as comunidades (regulos e associacoes comunitárias), concedendo 7.000 Mt por agregado familiar, na fase de acordos comunitários e desenvolvimento do Projecto, prometendo reverter para as comunidades 35% dos valores da venda de créditos de carbono.

A "Blue Forest" está a trabalhar com duas cooperativa, designadamente, "Avante" e "Inter Forest", e no âmbito disso, já foi feita a delimitação das áreas comunitárias (delimitação de terras seguras) para o reflorestamento. Cada área delimitada está na responsabilidade dum régulo e será protegida pela comunidade envolvida.

A "Blue Forest" garante os recursos necessários, incluindo a aquisição de espécies e produção de mudas em viveiros ao nível local.

Esta abordagem da "Blue Forest" está a reunir consensos ao nível local e está mobilizar positivamente as comunidades locais. O seu

modelo pode ser capitalizado para a recuperação dos mangais no país, com implicações positivas para a protecção costeira, a pesca e sobre os rendimentos das comunidades locais da zona costeira, e o país como um todo.

O aspecto positivo é que, existe uma motivação comunitária substancial para o repovoamento e protecção do mangal, o que constitui uma oportunidade de acção que pode ser beliscada e otimizada. As comunidades pesqueiras estão cada vez mais vulneráveis pela redução das potencialidades da pesca e acreditam que o reflorestamento do mangal pode recuperar o potencial anterior. Aceitam abdicar do mangal, na condição de haver meios alternativos de subsistência, como os pacotes imediatos oferecidos pela Blue Forest, mas também a partilha de ganhos da venda de créditos de carbono ao nível de 35%. Apontam igualmente actividades alternativas à exploração de mangal, como piscicultura, produção de mel no mangal, e até a criação de animais de pequeno porte, como actividades que podem substituir a exploração do mangal.

A Floresta de Miombo

A Floresta de Miombo (vegetação maior) é a maior floresta de Moçambique (e do continente africano, estendendo-se desde o rio Nilo, até a África Austral). A Floresta de Miombo é o maior bioma da África Austral, cobrindo uma extensão de 2,7 milhões de km² e, no país, a Floresta de Miombo ocupa cerca de 2/3 da cobertura floresta total (Biofund, 2021).

Em Moçambique, a província onde mais ocorre a floresta de miombo é Niassa, praticamente toda a província. Mas, ocorre também de forma preponderante nas províncias de Zambézia (Parque Nacional do Gilé) e Sofala (Parque Nacional de Gorongosa e partes de Chibabava, Machanga, Caia e Maringue, em Sofala). Ocorre também com alguma expressão ao longo da bacia do Limpopo e partes de Mabote, Panda e Funhalouro, em Inhambane.

De igual maneira, ocorre em Manica (Parque Nacional de Chimanimani e faixas de Guro, Tambara e Macossa). A província de Tete também apresenta de forma significativa a Floresta de Miombo (no Parque Nacional do Mágue e partes de Marávia, Zumbo, Chifunde, Macanga, Doa e Tsangano).

A disposição da floresta tem sido, maioritariamente, em arbórea fechada, mas há casos de abórea aberta, e as principais espécies que fazem a floresta de miombo são, gramínias, pangapanga, chafutas, murila, entre outras.

A Floresta de Miombo é um dos maiores ecossistemas da floresta tropical de África e tem como principal importância a protecção da biodiversidade, oferecendo abrigo para a vida selvagem, incluindo para espécies em extinção. Também possui imenso valor económico por fornecer madeira, o que mobiliza muito interesse e capitais nacionais e externos, com um grande potencial de gerar receitas para o Estado. Serve também como principal fonte de subsistência das populações rurais, através da busca de alimentos, produção de carvão e extracção de biomassa para o consumo familiar, extração de estacas de construção, extração de matérias medicinais, etc.

Contudo, há um conjunto de factores que estão a delapidar a Floresta de Miombo no país e a dizimar o maior ecossistema existente. Os factores tradicionais mencionados pelos actores de desenvolvimento ao nível da base são:

- A extracção de madeira (com ocorrência preponderante de exploração ilegal ou sem observância das obrigações de sustentabilidade, além da falta de reposição);
- A extracção de carvão vegetal, biomassa e materiais de construção;
- As práticas de manejo insustentáveis, etc.

Os problemas acima tendem a agravar-se com o crescimento populacional e com a ocorrência de eventos climáticos extremos.

Além disso, de acordo com a Biofund (2021), no país também se verifica o aumento acelerado de projectos de desenvolvimento (e.g. petróleo e gás, mineração, etc.) com impactos adversos sobre a biodiversidade associada à Floresta de Miombo, sendo que, o processo de contrabalanços da biodiversidade é relativamente novo no país e carece de instrumentos legais, capacitação institucional e estabelecimento de métricas.

Actores da Sociedade Civil fazem menção ao impacto negativo geral do fraco cumprimento de compromissos assumidos pelos projectos da indústria extractiva, em termos da protecção do meio ambiente e desenvolvimento local.

É preciso que a lei seja devidamente aplicada aos exploradores florestais, e que a fiscalização seja reforçada. Isto pode ajudar principalmente a combater a exploração ilegal de madeira, cujos efeitos são muito mais devastadores do que, por exemplo, a acção dos carvoeiros, que parecem até o alvo mais fácil dos fiscais do Governo.

Para a Sociedade Civil, o empoderamento dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) também pode desempenhar um papel importante, e o principal elemento de motivação são os 20% de exploração florestal, que devem ser acompanhados da criação de fundos comunitários. Na base disso, mobilizam-se e se envolvem fiscais florestais comunitários, que são importantes na protecção das florestas.

O grande problema é que, no país, ainda são poucos os CGRN e os poucos que existem não possuem as capacidades necessárias. Portanto, o processo de criação e operacionalização de CGRN no país acarreta procedimentos e burocracias contraproducentes. A título de exemplo, em toda a província de Inhambane, o único CGRN

funcional, no momento de produção do presente relatório, é o CGRN de Mawayela, no distrito de Panda. Quer isso dizer que, os restantes CGRN na província não reúnem as condições necessárias para a defesa dos direitos das comunidades locais, e para o fortalecimento das suas capacidades para a protecção das florestas.

Segundo actores da Sociedade Civil, o desenvolvimento de florestas comunitárias também desempenha um papel importante na preservação do meio ambiente e dos ecossistemas, permitindo também a reorientação dos meios de geração de rendimento para as comunidades.

Mercado de Carbono

Em relação ao Mercado de Carbono, Moçambique assumiu compromissos de contribuir para a redução do aquecimento global, no âmbito do Protocolo de Kyoto (em 1997), que estabeleceu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mas também o Acordo de Paris (ano 2015), que é a base da agenda global de combate às alterações climáticas.

Na base disso, Moçambique "embarcou" no Mercado de Carbono, almejando otimizar o seu potencial florestal para o sequestro de carbono, ao mesmo tempo mobilizando recursos para o a realização de investimentos na promoção da resiliência e adaptação.

Toda a faixa costeira moçambicana, coberta pelo mangal, e o *interland*, coberto pela floresta de miombo, apresentam potencial substancial para o sequestro de carbono, conforme foi mostrado acima.

Em 2016, foi produzido e aprovado, pelo Conselho de Ministros, um instrumento que deu mandato ao Fundo Nacional de

Desenvolvimento Sustentável (FNDS) de facilitar e coordenar as acções relacionadas com o Mercado de Carbono.

Em finais de 2023, Moçambique, através do Ministério de Terra e Ambiente, anunciou que tinha disponíveis cerca de 45 milhões de Créditos de Carbono. Isso representa aproximadamente 2,57 biliões de Euros na cotação média da União Europeia, ou seja, aproximadamente 16% do PIB do país.

Entre um grande potencial de sequestro de carbono que o país apresenta, e o arranjo institucional existente, a Sociedade Civil aponta um conjunto de constrangimento no Mercado de Carbono nacional, sendo de destacar:

- A falta de regulamentação, o que descredibiliza o mercado nacional perante actores interessados em adquirir créditos de carbono ou investir nele, o que pode, inclusivamente, estar a gerar perdas para o próprio governo, por ter menor controle do mercado;
- A falta de transparência e escassez de informação (assimetria de informação) no mercado, o que faz com que o mercado nacional de créditos de carbono seja menos concorrencial e esteja subdesenvolvido, impedindo inclusivamente o desenvolvimento de capacidades necessárias para MRV (*Measurement, Reporting, and Verification*) e NDC (*Nationally Determined Contribution*) credíveis, o que também pode estar a alimentar conflitos com as comunidades locais afectadas pelos projectos geradores de créditos de carbono, particularmente nas zonas tampão dos principais Parques e Reservas Nacionais;
- A baixa capacidade de Medir, Relatar e Verificar – MRV, bem como a deficiência técnica na preparação de Projectos de Créditos de Carbono, o que também descredibiliza o valor real daqueles projectos;
- A fraca capacidade de inventariação de CO₂, e de avaliação da

eficácia efectiva dos projectos de sequestro de carbono, o que descredibiliza o NDC do país ante os compromissos internacionais e na troca compensada de índices de emissões no mercado global regulado;

- A falta de conhecimento, capacidade e meios nas comunidades afectadas pelos Projectos geradores de créditos de carbono, para a sua melhor participação e usufruto dos seus direitos no Mercado de Carbono emergente.

Face aos constrangimentos acima, a Sociedade Civil acha que é urgente aumentar a transparência, reforçar a partilha de informação e tornar o Mercado de Carbono nacional mais concorrencial, o que permitirá mobilizar mais recursos e otimizar o seu uso em prol da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, promoção de investimentos mais resilientes e a adaptação; permitirá a optimização do uso dos fundos para os propósitos anteriormente mencionados e impulsionará o conhecimento e as capacidades nacionais de gestão do mercado; permitirá o adequado reforço das capacidades das comunidades de base e a sua mobilização (tal como se viu acima, em relação ao grau de envolvimento das comunidades afectadas pela "Blue Forest", na Zambézia), habilitando-as a participar de forma activa, partilhando os ganhos proporcionados pelo Mercado de Carbono nacional.

Nesta senda, para a Sociedade Civil nacional, é urgente aprovar um Quadro Legal e Regulador que impulsiona estas mudanças positivas imperativas.

Eventos Climáticos Extremos

Moçambique é altamente vulnerável aos impactos climáticos e é o único país de África considerado em alto risco face aos três principais riscos climáticos – secas, inundações e tempestades

costeiras (Gov, Moç, 2023). O impacto das alterações climáticas no PIB e nas finanças públicas do país está a tornar-se cada vez mais enorme.

De acordo com o Centro Nacional de Informações Ambientais, da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA), em média, passam cerca de 4 ciclones por ano. A maioria dos ciclones não apenas entra na esfera de influência de Moçambique, mas também atinge a costa. As regiões mais afetadas são Nampula, Zambézia, Sofala e Cabo Delgado; a província de Inhambane também tem cada vez mais vindo a ser fustigada.

Segundo dados oficiais, a ocorrência de desastres naturais, desde 2013, provocou impactos sociais e económicos avultados no país. Das ocorrências registadas, em média 69,6% foram excesso de pluviosidade, 17,4% foram ciclones e 13,0% foram secas (MEF, 2022).

Os eventos climáticos extremos têm tido efeitos devastadores no país. Só para elucidar, a devastação dos ciclones Idai e Kenneth (de que se tem dados melhor reportados) foi imensa. De acordo com a UNICEF (2019), a devastação causada só por estes dois ciclones resultou em 2.5 milhões de pessoas (8% da população total do país) precisando de ajuda humanitária, 1.3 milhão de crianças precisam de ajuda humanitária, 603 óbitos e 1,641 feridos (entre graves e ligeiros), um total 50 distritos severamente afectados (incluindo as suas infraestruturas públicas), 223,947 casas destruídas, 160,927 pessoas deslocadas (e reassentadas), 6,768 casos de cólera confirmados, 715,378 hectares de colheitas destruídas, 3,504 salas de aulas destruídas (o que afectou 335,132 alunos), 93 centros de saúde danificados, entre outros.

A Sociedade Civil moçambicana considera os eventos climáticos extremos como um dos principais factores de enfraquecimento da produção nacional e agravamento da vulnerabilidade da população local. Aponta como principal problema a falta de preparação do

país, em termos de resiliência e adaptação, elementos estes que devem ser observados tanto nas infraestruturas económicas e sociais, quanto nos sistemas locais de produção, mas também a contínua acção humana que vem dizimando a protecção natural e provocando erosão, particularmente na zona costeira.

Segundo a Sociedade Civil, o país não se verá livre dos impactos nefastos dos eventos climáticos extremos se não investir de forma decisiva nas componentes críticas acima mencionadas. Neste contexto, um Mercado de Carbono desenvolvido e regulado pode, adicionalmente, ajudar a mobilizar recursos necessários para os investimentos resilientes e acções objectivas de adaptação.

A Sociedade Civil, também lembra que a maioria dos distritos possuem Planos Locais de Adaptação (PLA), mas que aqueles nunca foram reflectidos de forma objectiva nos instrumentos locais de gestão pública. Esta é uma fraqueza flagrante, e por isso, reforça a necessidade premente de actualização dos PLAs, à luz das dinâmicas mais recentes, e a sua implementação objectiva através dos PESOD.

Transporte

O sistema de transporte no país é considerado subdesenvolvido e bastante ineficiente.

Há várias constrangimentos que afectam os diferentes segmentos do sistema de transporte nacional; adiante apresentamos, resumidamente, os principais aspectos, de acordo com os levantamentos feitos pelos actores por actores da Sociedade Civil.

1º, Sistema ineficiente de transportes públicos urbano:

Ao nível do transporte público urbano, os meios de transporte são precários, não são cómodos, são inadequados, apresentam-se

frequentemente em mau estado mecânico e de conservação, andam superlotação nas horas de ponta, o que também atenta a saúde pública, e os engarrafamentos são insuportáveis, particularmente nas horas de ponta, com destaque para a área metropolitana do Grande Maputo.

Investimentos em vias de acesso e em meios em quantidade e qualidade, incluindo a operacionalização de meios ferroviários na área metropolitana do Grande Maputo, podem trazer uma inflexão ao cenário caótico do transporte público urbano.

2º, Índices crescentes de acidentes rodoviários:

O excesso de velocidade, a condução sob efeito de álcool, as ultrapassagens irregulares, o desrespeito às regras de trânsito, as falhas mecânicas e deficientes condições dos veículos, as infraestruturas rodoviárias inadequadas e sinalização deficiente, entre outros factores, têm sido apontados como principais causas dos acidentes rodoviários crescentes no país.

E perante este cenário, a abordagem da segurança rodoviária tem sido considerada ineficiente, faltando incentivos para a mudança de comportamento dos automobilistas, bem como o comportamento generalizado de cobranças pelos agentes da polícia de trânsito, incrementando a negligência dos automobilistas.

3º, Inoperância do transporte ferroviário:

O país possui uma extensa rede de linhas ferroviárias. A rede foi emanada do quadro colonial e actualmente o índice de sua utilização é bastante baixo, fixando-se abaixo de 20% da capacidade de utilização anterior à independência, de acordo com alguns estudos recentes.

O baixo índice de utilização da rede ferroviária impede o país de

promover a circulação de pessoas e bens a custos baixos, o que, por sua vez, contribui para o aumento do custo de vida no país. O baixo índice de utilização das linhas férreas também leva o país a perder uma capacidade de gerar divisas, pelo facto desta rede infraestrutural ferroviária não estar ao serviço dos países vizinhos do interland.

4º, Falta de meios de transporte fluviais:

A faixa costeira de Moçambique é de aproximadamente 2.470 km, ao longo do Oceano Índico, e, apesar da longa costa e do potencial de navegação de alguns principais rios (como o Rio Zambeze e o Rio dos Bons Sinais), o país não possui qualquer tipo de embarcação, tanto para passageiros quanto para cargas. Existe uma pequena embarcação que garante a ligação entre a Cidade de Maputo e a Ilha de Inhaca, mas também entre Quissanga e o Arquipélago de Bazaruto e Ilhas do Ibo e Matemo, sendo que as outras travessias (ex. Maputo – Katembe, Maxixe – Cidade de Inhambane, Cidade de Quelimane – Inhassunge/Mocopia; também pode falar-se de dificuldades persistentes nas travessias Quissanga – Ibo/Quirimba/Matemo, Vilankulo/Inhassoro – Bazaruto, Machanga – Chiloane, entre outros) são asseguradas por pequenos barcos privados, muitas vezes sem condições adequadas e que não oferecem segurança.

O país não consegue explorar o seu grande potencial hídrico para a ligação fluvial entre as principais cidades costeiras, no transporte de pessoas e bens, e perde a oportunidade de otimizar uma das potencialidades naturais únicas, que seria capaz de reduzir o custo de transporte e, conseqüentemente, o custo de vida para a população.

5º, Tarifas proibitivas de passagens aéreas:

Uma passagem de Maputo a Pemba, ida e volta, na classe económica, custa aproximadamente o mesmo que o passagem de

ida e volta entre Maputo e Lisboa. Adicionalmente, voos domésticos mais caros em distâncias similares na África do Sul custam no máximo aproximadamente 60% das tarifas aplicadas em voos domésticos em Moçambique. Os dois casos envolvem situações em que os rendimentos de passageiros frequentes no mercado Sul Africano e no mercado entre Maputo e Lisboa são bastante altos, em comparação com os rendimentos dos passageiros frequentes em Moçambique, mesmo quando os mesmos são maioritariamente altos funcionários públicos e funcionários de grandes empresas, de ONGs e empresários de sucesso.

Para esta situação, tem sido apontado, um conjunto de factores, entre eles, o monopólio que protege ineficiências na LAM, taxas e sobretaxas injustificáveis, "cabritismo" e ladroagem instalada.

A situação do transporte aéreo em Moçambique precisa duma reestruturação e uma reforma "revolucionária", sendo consensuais as teses de que maior concorrência doméstica podia levar os preços para níveis mais justos (tal como aconteceu aquando das operação da "Air Corridor"), acompanhado de uma privatização da única operadora nacional – a LAM.

6º, As dificuldades impostas pelas portagens:

Outro problema fortemente denunciado pelos actores da Sociedade Civil, em todo o país, tem que ver com as portagens.

Segundo estes actores, são tantas portagens no país (um total de 41 portagens) como em nenhum outro lado do mundo e a custos exorbitantes. De acordo com estes actores, há exemplos de aplicação justa de portagens, como é o caso do país vizinho Malawi, cujas estradas são bastante melhores que as de Moçambique, tanto dentro das cidades como as interurbanas e as principais, mas que não possui uma única portagem dentro das cidades e o país todo possui apenas 2 portagens (designadamente, a portagem de

Chingeni – *Chingeni Toll Plaza*, no distrito de Ntcheu, e a Portagem de Kalinyeke – *Kalinyeke Tollgate*, no distrito de Dedza, ambas ao longo da estrada No. 1 daquele país). Adicionalmente, as taxas cobradas no Malawi são, em média, cerca de apenas 35% das taxas cobradas pela REVIMO, TRAC, entre outras concessionárias moçambicanas, em todas as classes de viaturas.

De acordo com este grupo de actores, isto mostra que as portagens em Moçambique são uma pilhagem desenfreada ao povo que, aliás, já paga bastantes impostos que deviam ser canalizados para a reabilitação das estradas, e uma privação oficializada dum dos seus direitos mais básicos – o direito à livre circulação.

O sector do transporte demanda uma abordagem holística tendente a incrementar a mobilidade, o que passa pela combinação entre quantidade e qualidade das vias de acesso, quantidade e qualidade dos meios de transporte, optimização dos diferentes tipos de transporte, remoção dos factores de ineficiência (alguns deles relacionados com monopólios, corrupção, clientelismo e conflito de interesses), particularmente nas empresas públicas de transporte (rodoviário, ferroviário e aéreo).

Infraestruturas

Para os propósitos da Sociedade Civil e dos actores da base, imbuídos na fundamentação da produção do presente Relatório, as infraestruturas que aqui tratamos limitam-se a estradas, não incluindo outro tipo de infraestruturas como energéticas, de telecomunicações, infraestruturas sociais, infraestruturas administrativas, etc.

O problema das estradas caracteriza-se pela falta de vias alternativas nos principais centros urbanos e consequente baixa mobilidade (situação pior no Grande Maputo), e o mau estado de

transitabilidade das estradas principais, secundárias e vias de acesso.

Em relação às principais estradas e estradas secundárias, a Sociedade Civil identificou troços e locais onde as mesmas se apresentam em estado crítico, conforme se segue:

Estrada Nacional N°1:

No momento da recolha de dados e informação para o presente relatório, estavam em estado crítico de transitabilidade os troços seguintes: Inhassoro – Rio Save – Muxungue – Inchope (em Inhambane, Manica e Sofala); Inchope – Gorongosa – Nhamapaza – Caia (em Sofala); Chimuara – Nicuadala (na Zambézia); Metoro – Silva Macua – Mize (em Cabo Delgado).

Outras Estradas (e Subcorredores) de Relevância:

No momento da recolha de dados e informação para o presente relatório, estavam em estado crítico de transitabilidade as seguintes estradas (e subcorredores) de relevância: Ndonga – Ndindiza – Zinhane (em Gaza); Catandica – Guro – Changara (em Manica e Tete); Bárue/Comacha – Macossa – Maringue (em Manica e em Sofala); Kambulassissi – Doa – Mutarara (em Tete); Quelimane – Inhassunge/Mocopia – Chinde (na Zambézia); Namacurra – Maganja da Costa – Mocubela – Pebane (na Zambézia); Zero – Mopeia – Luabo – Chinde (na Zambézia); Gurue – Cuamba (na Zambézia e Niassa); Cidade de Nampula – Corrane – Monjicual (em Nampula); Ribaue – Malema – Cuamba (em Nampula e Niassa); Montepuez – Metoro (em Cabo Delgado); Lichinga – Lago/Metangula (em Niassa); Cidade de Tete – Macanga (via Kazula ou via Chidzolomondo); Chifunde / Luia – Marávia – Zumbo; Dómue – Daga / Chidzolomondo (cruzamento de Macanga).

Em relação ao problema do transporte e mobilidade urbana, com destaque para a área metropolitana do Grande Maputo, o Governo

tem prometido introduzir medidas revolucionárias, como, o Sistema de *Bus Rapid Transit* (BRT), a Integração Modal entre autocarros e comboios, a melhorias de vias de acesso nos bairros periféricos, Horários escalonados, sistema de monitoramento de tráfego inteligente, que até agora não tem havido avanços notáveis. A Sociedade Civil acrescenta, de forma reiterada, o valor do investimento na melhor transporte coletivo, no desenvolvimento de vias rodoviárias novas (com abertura de novas vias, alargamento das existentes e criação de "*ring roads*") e na melhoria das facilidades de estacionamento, com cilos automóveis em locais estrategicamente localizados.

No que diz respeito a Outras Estradas (e Subcorredores) de Relevância, os principais problemas constatados pela Sociedade Civil e outros actores de desenvolvimento são: desinvestimento acumulado, financiamento insuficiente ou mal alocado, planeamento e gestão deficientes, infraestrutura de drenagem e engenharia inadequada, cobertura asfáltica limitada e desastres naturais.

O problema das Outras Estradas (e Subcorredores) de Relevância requer medidas estruturadas, objectivas e determinadas, seguintes:

A curto prazo (1 a 2 anos)

Fazer levantamentos detalhados de danos, para priorização dos troços mais críticos (dados sobre tráfego, custos, impacto social);

Reparações emergenciais em estradas essenciais para mobilidade, acesso a mercados, saúde, etc.;

Reforçar a drenagem (valas, sarjetas, bueiros), para evitar que chuvas destruam as bases das estradas;

Mobilizar fundos emergenciais — cortar custos desnecessários,

redireccionar verbas, e mobilizar apoio internacional de parcerias; e

Introduzir um sistema de monitoria constante do estado das estradas (uso de sensores e observadores locais) para detectar fissuras mais cedo e intervir antes de desastres.

A médio prazo (3 a 5 anos)

Plano de manutenção preventiva sustentável: estabelecer cronogramas regulares de conservação, não apenas reabilitação depois do dano;

Melhorar mecanismos de financiamento: portagens bem localizadas, taxas de combustível ajustadas, fundos especiais de conservação de estradas, com participação pública/privada;

Capacitação institucional: fortalecer a ANE e outras entidades responsáveis em engenharia, fiscalização e planeamento territorial;

Normas técnicas e regulatórias: definir qualidade mínima nos materiais usados, dimensionados conforme volumes de tráfego e características climáticas;

Aumentar a participação do sector privado, concessionárias e parceiros, para construção/manutenção; e

Introdução de seguros para estradas contra desastres naturais ou criar mecanismos de resiliência climática nos projetos de estrada.

A longo prazo (mais de 5 anos)

Infraestrutura resiliente ao clima: projectar estradas e pontes que suportem eventos climáticos extremos (inundações, erosão, ciclones);

Expansão de redes pavimentadas, mas de forma sustentável: priorizar rotas estratégicas para economia, integração regional, acesso aos portos etc.;

Uso de tecnologias mais duráveis e de custobenefício elevado: pavimentos reforçados, materiais que resistem melhor à água, técnicas de conservação modernas;

Reorientar as políticas, limitando cargas de veículos em determinadas vias (não obstante o actual funcionamento, embora deficiente, das básculas), para evitar danos por sobrepeso;

Reforçar o planeamento urbano/territorial que minimize impactos de sedimentos, erosão, e que garanta drenagem adequada nas regiões de expansão urbana; e

Envolver comunidades locais na conservação local, educação sobre uso correto das vias, manutenção local, etc.

Juventude e emprego

De acordo com projecções do, para 2025, população jovem na faixa etária dos 18 aos 35 anos perfaz cerca de 1/3 da população do país.

Consequentemente, estudos mostram que, é sobre este terço da população que se manifesta a maior incidência de vulnerabilidade, sendo a faixa etária crítica a que vai dos 18 aos 29 anos, muito em particular devido a altos níveis de desemprego, vulnerabilidade ligada a orfandade por HIV/SIDA e habitação irregular, factores esses que limitam de forma generalizada o acesso aos meios básicos de sobrevivência. A faixa etária dos 30 aos 35 anos é faixa de transição que determina o nível de multiplicação da vulnerabilidade e a transição inter-geracional.

A população jovem, dos 18 aos 35 anos, constitui o grupo

populacional mais excluído, e isso aumenta o peso de dependência ao nível familiar e social, aumenta a vulnerabilidade da mulher e da rapariga, expondo-as a um conjunto de riscos, avoluma o enfraquecimento do tecido social, e mina a paz, a convivência pacífica e coesão social.

O desemprego jovem no país vem se agravando ao longo dos tempos. Muitos jovens recorrem ao trabalho informal, para garantir a subsistência, com receitas diárias insignificantes; estudos ligados ao negócio informal praticado por jovens apontam um rendimento diário de entre 100 Mt e 200 Mt.

A Sociedade Civil refere que, em geral, oportunidades de emprego para os jovens são muito escassas; as poucas oportunidades em sectores mais elementares quando aparecem elas encontram jovens despreparados e sem competências adequadas; o acesso ao capital produtivo é quase inexistente, o que limita iniciativas de empreendedorismo, sendo que alguns fundos nacionais para iniciativas jovens não estão descentralizados; programas de apoio aos jovens são quase inexistentes ao nível descentralizado; etc. Segundo este grupo de actores de desenvolvimento, a falta de oportunidades para os jovens, a pobreza e a vulnerabilidade extrema multiplicam-se e ameaçam os rudimentos da construção duma sociedade próspera, e urge encontrar uma resposta.

Um dos caminhos para a solução deste problema é, de acordo com visões de actores da Sociedade Civil, reforçar linhas de apoio para iniciativas jovens, com uma adequada descentralização e facilitação do seu acesso, tendo como elementos orientadores as habilidades e o grau de vulnerabilidade. O aumento de instituições de formação técnico-profissional e a intensificação de formações vocacionais podem desempenhar um papel importante na preparação dos jovens para a empregabilidade e para o auto-emprego. A ligação entre instituições de ensino e empresas, para estágios profissionais, podem ampliar as possibilidades de empregabilidade dos jovens.

As autoridades públicas também deviam trabalhar com ONGs e Associações relevantes, estimulando Projectos de criação de meios de subsistência e emprego para os jovens.

O extremismo violento na zona norte do país

Tendo iniciado em Outubro de 2017, em Mocímboa da Praia, na província de C. Delgado, a situação de instabilidade na região do norte, decorrente da insurgência, estendeu-se para toda a zona norte e centro da província (Palma, Nangade, Macomia, Quissanga, Ibo, Meluco, Muidumbe e Mueda) e, posteriormente, para Niassa (Mecula), e Nampula (Erati e Memba).

Em Outubro de 2021, o Centro Nacional Operativo de Emergência do INGD contabilizava 865.271 deslocados da Zona Norte, onde aproximadamente 413.312 (48%) eram crianças com idades entre 0 e 18 anos. Em Junho de 2023, o conflito tinha tirado a vida a mais de 4.500 pessoas, e o número total de deslocados estava próximo de 1 milhão, dos quais 46% eram adultos e 54% crianças, e dos adultos, 55% eram mulheres.

Dados recentes do INGD mostram que, aproximadamente 91% do total de deslocados estão nos centros e comunidades de acolhimento de distritos a sul da própria província de C. Delgado, 7,6% em distritos da província de Nampula; e 0,4% nos distritos da província de Niassa.

Estudos mostram que, o norte do país foi durante muito tempo marginalizado. Isto começou logo no tempo colonial, quando a presença portuguesa deparou-se com resistência local, e a região foi fracamente beneficiada por investimentos económicos e sociais, com destaque para a fragilização do sistema formal de educação.

Aquando da luta de libertação nacional, a região norte continuou

sem uma perspectiva sólida para a sua recuperação de anos de exclusão, e num contexto em que a ligação da região com os Sheicados da conta (ex.: Zanzibar) era mais forte.

Nos anos recentes, foram descobertos recursos naturais de valor na Província de Cabo Delgado, entre eles, as pedras preciosas (ex.: Rubis) em Namanhumbiri, distrito de Montepuez, a grafite nos distritos de Ancuabe e Balama, e o gás na bacia do Rovuma, o que mobilizou vários interesses locais e vindouros, deu azo a conflitos abertos e, pouco tempo depois, a insurgência eclodiu na província.

Não há uma abordagem clara sobre as causas objectivas, as motivações ou os propósitos, mas várias pesquisas e opiniões tendem a convergir em alguns aspectos, que podem estar a favorecer o alastramento da insurgência, que são:

1º, A frustração das comunidades locais do norte, que durante muito tempo estiveram na situação de exclusão, tendo-se agravado este sentimento, com a recente descoberta de recursos naturais de alto valor económico;

2º, As altas taxas de desemprego, com particular incidência para jovens, num contexto de altos índices de analfabetismo e falta de preparação da população em idade activa para o mercado de trabalho; e

3º, Altos níveis de incidência da pobreza na população do zona norte, e maiores desigualdades com a população de outras regiões do país.

Assim, actores da Sociedade Civil acham que a situação do norte deve ser vista não apenas no panorama militar, mas essencialmente através de esforços robustos em duas vertentes:

- O desenvolvimento directo de competências técnicas e profissionais na população em idade activa,

particularmente os jovens mais vulneráveis das comunidades locais, e o fornecimento de equipamentos, materiais e produtos para o auto-emprego e geração de rendimentos; e

- A promoção de paz e a coesão social através de narrativas positivas, particularmente através dos líderes (comunitários, religiosos e de opinião) locais; promoção de acções de massas, com o desporto na vanguarda da promoção da convivência, respeito pelo próximo e transmissão de mensagens de paz e harmonia; a promoção do diálogo entre as lideranças (comunitárias, religiosas e de opinião) e as autoridades locais, capitalizando espaços como Conselhos Consultivos Locais, Observatórios de Desenvolvimento, Auscultações Públicas, etc.

Conclusões

O relatório revela um cenário profundamente desafiador, marcado por fragilidades estruturais e sistémicas em vários sectores da vida nacional, desde a governança e gestão pública até às áreas sociais, económicas e ambientais. Observa-se uma fraca coordenação institucional, baixa confiança nos mecanismos democráticos, corrupção generalizada, carência de serviços básicos e degradação dos recursos naturais, o que compromete seriamente o desenvolvimento sustentável do país. A falta de visão estratégica de longo prazo e a ausência de políticas públicas coerentes com as realidades locais e sectoriais tornam as intervenções pouco eficazes e frequentemente paliativas.

Além disso, sectores chave como saúde, educação, agricultura, pesca, florestas e saneamento enfrentam enormes constrangimentos que afetam diretamente a qualidade de vida das populações, particularmente das comunidades rurais e costeiras. Os efeitos das mudanças climáticas e dos eventos climáticos extremos agravam ainda mais a vulnerabilidade socioeconómica já existente, tornando evidente a urgência de medidas integradas e transformadoras.

É particularmente alarmante o contraste entre o imenso potencial natural e humano do país e o fraco aproveitamento desses recursos para o bem comum. Iniciativas como o Mercado de Carbono, os projectos de reflorestamento comunitário (como o da "Blue Forest") e algumas estratégias locais de desenvolvimento agrícola demonstram que existem oportunidades concretas, mas estas carecem de suporte legal, técnico, institucional e financeiro adequado.

A precariedade do sistema de transporte, a crise de mobilidade urbana e rural, o colapso das infraestruturas rodoviárias, a ausência de uma rede de transporte fluvial funcional e a ineficiência do transporte ferroviário e aéreo representam sérios entraves à circulação de pessoas, bens e serviços, aumentando o custo de vida e limitando o crescimento económico nacional.

Adicionalmente, os elevados índices de desemprego entre os jovens e a falta de oportunidades económicas nas zonas mais desfavorecidas alimentam o ciclo da pobreza e da exclusão social, especialmente nas regiões norte e centro do país. Este contexto torna os jovens particularmente vulneráveis a práticas de sobrevivência precárias e, em casos extremos, ao aliciamento por movimentos radicais e extremistas.

A situação de instabilidade no norte do país não pode ser vista apenas sob a lente da segurança militar. As raízes sociais, económicas e históricas do conflito exigem uma resposta integrada que promova desenvolvimento local, justiça social, criação de oportunidades e fortalecimento da coesão social.

Recomendações

1. Governança e Gestão Pública

- Reforçar a coordenação intersectorial e o alinhamento entre planos de curto e longo prazo, com base em diagnósticos reais e dados fiáveis.
- Estabelecer mecanismos robustos de prestação de contas, combate à corrupção e transparência, com envolvimento efetivo da sociedade civil.
- Garantir o acesso à informação pública e reforçar a liberdade de expressão, elementos essenciais para uma democracia funcional.
- Investir em sistemas estatísticos credíveis e independentes, essenciais para uma planificação baseada em evidências.

2. Saúde e Educação

- Reforçar a alocação de recursos humanos e materiais nos serviços de saúde e educação, priorizando zonas mais vulneráveis.
- Melhorar as infraestruturas básicas (água, saneamento, equipamento) nas unidades sanitárias e escolas.
- Promover a formação contínua dos professores e profissionais de saúde, elevando a qualidade dos serviços prestados.
- Implementar mecanismos rigorosos de prevenção e

combate a abusos nas escolas, incluindo assédio e consumo de drogas.

3. Agricultura e Segurança Alimentar

- Desenvolver uma política agrária transformadora, que vá além do assistencialismo e estimule a produtividade com foco na mecanização, acesso ao crédito e ao mercado.
- Promover a reforma de terras, assegurando o seu uso produtivo e equitativo, e combatendo o subaproveitamento e a especulação.
- Fortalecer a cadeia de valor agrícola, com estímulo à agroindústria, infraestruturas de escoamento e conservação da produção.
- Investir na formação e apoio aos extensionistas agrícolas e na difusão de tecnologias adaptadas ao contexto local.

4. Pesca e Sustentabilidade Costeira

- Proteger os ecossistemas marinhos, especialmente os mangais, promovendo alternativas sustentáveis como a piscicultura e turismo comunitário.
- Desenvolver e expandir projectos de pesca artesanal sustentável, garantindo o rendimento das comunidades durante os períodos de defeso.
- Reforçar os Conselhos Comunitários de Pesca (CCP) e integrar as comunidades na gestão dos recursos marinhos.

5. Florestas e Mercado de Carbono

- Rever e aprovar urgentemente o quadro legal do Mercado de Carbono, garantindo transparência, inclusão comunitária e competitividade.
- Replicar e expandir modelos de reflorestamento comunitário de sucesso, como o da "Blue Forest", com partilha justa dos benefícios.
- Fortalecer os Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) com meios, capacitação e simplificação dos processos burocráticos.
- Garantir a aplicação equitativa da lei no sector florestal, com especial atenção ao combate à exploração ilegal de madeira.

6. Infraestruturas e Investimento Resiliente

- Priorizar a construção e manutenção de infraestruturas estratégicas (estradas, armazenamento, saneamento) com critérios de resiliência climática.
- Canalizar receitas do Mercado de Carbono e de recursos naturais para investimentos que promovam adaptação às mudanças climáticas.
- Desenvolver um plano nacional de resiliência e adaptação climática, com participação ampla das comunidades vulneráveis.

7. Sociedade Civil e Participação Pública

- Fortalecer o papel da sociedade civil, garantindo o seu envolvimento real na formulação, implementação e monitoria das políticas públicas.
- Apoiar a capacitação de associações e cooperativas locais, com vista a promover soluções baseadas na comunidade.
- Criar espaços de diálogo e concertação entre Governo, sociedade civil e sector privado, em todos os níveis.

8. Transporte e Mobilidade

- Reestruturação do sistema de transporte público urbano, com investimentos em infraestruturas, renovação da frota e integração de soluções ferroviárias nas áreas metropolitanas, particularmente no Grande Maputo.
- Melhoria da segurança rodoviária, através da fiscalização efectiva e não corrupta, educação cívica contínua, melhoria das estradas e da sinalização.
- Revitalização do transporte ferroviário, apostando em parcerias público-privadas e na reabilitação das linhas para o transporte de carga e passageiros a preços acessíveis.
- Criação de uma política nacional de transporte fluvial, com aquisição de embarcações seguras e investimento em infraestruturas de navegação nos principais rios e zonas costeiras.
- Reforma do transporte aéreo, promovendo concorrência justa, revisão das tarifas, privatização parcial da LAM e

eliminação de barreiras ao mercado.

- Revisão do sistema de portagens, com base em critérios de justiça social, melhoria efectiva das estradas e transparência na gestão das receitas arrecadadas.

9. Infraestruturas

- Reabilitação urgente de estradas críticas, sobretudo as secções da EN1 e os subcorredores regionais prioritários que ligam zonas de produção aos centros urbanos.
- Criação de vias alternativas e anéis rodoviários nas principais cidades, em especial no Grande Maputo, para reduzir os congestionamentos e melhorar a mobilidade.

10. Juventude e Emprego

- Criação de programas de capacitação técnico-profissional e vocacional, com foco nas reais necessidades do mercado de trabalho e no estímulo ao auto-emprego.
- Descentralização dos fundos de apoio à juventude, facilitando o acesso ao financiamento produtivo, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade.
- Fortalecimento das parcerias entre instituições de ensino e o sector privado, para promoção de estágios profissionais e inserção laboral.
- Implementação de políticas inclusivas de empreendedorismo jovem, incluindo feiras de emprego, incubadoras de negócios e mentorias.

11. Estabilidade e Coesão Social no Norte

- Investimento em programas de desenvolvimento comunitário em Cabo Delgado e regiões afectadas, com foco na geração de rendimentos, formação e inserção económica dos jovens.
- Promoção de iniciativas de diálogo comunitário e reconciliação, através da colaboração entre líderes religiosos, comunitários, autoridades e organizações da sociedade civil.
- Criação de espaços contínuos de auscultação local, como fóruns comunitários e conselhos consultivos, para fortalecer a confiança entre comunidades e o Estado.
- Utilização de actividades culturais, recreativas e desportivas como instrumentos de promoção da paz, integração social e construção de narrativas positivas.

Considerações Finais

A transformação estrutural de Moçambique exige coragem política, envolvimento social e compromisso com a justiça climática, social e económica. O país possui recursos naturais, culturais e humanos valiosos, mas é imperativo romper com práticas e sistemas que perpetuam desigualdades, corrupção e ineficiência. A construção de uma nova visão de desenvolvimento – sustentável, inclusiva e resiliente – deve colocar o bem-estar das populações no centro das políticas públicas e valorizar os saberes e as aspirações das comunidades locais.

BIBLIOGRAFIA RELEVANTE

Castel-Branco, C. (2011). *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership, Contribuição para um Debate de Economia Política*. Maputo: IESE;

Francisco, A. et al (2016). *Estratégia de Crescimento Económico em Moçambique desta vez é Diferente? In*

<https://www.researchgate.net/publication/317146309> ESTRATEGIA DE CRESCIMENTO ECONOMICO EM MOCAMBIQUE DESTA VEZ E DIFERENTE;

GMD (2018). *A Percepção Pública da Corrupção em Moçambique - Seu impacto sócioeconómico, progressos e desafios no seu combate*. Maputo: GMD;

Governo de Moçambique (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)*. Maputo: MEF;

Governo de Moçambique (2015). *Programa Quinquenal do Governo para 2025 – 2029* (Aprovada pela Assembleia da República sob Resolução n.º 12/2015 de 14 de Abril). Maputo: Imprensa Nacional;

Governo de Moçambique (2016). *Balanço do Plano Económico e Social de 2015*. Maputo: MEF;

Governo de Moçambique (2022). *Plano Económico e Social para 2022*. Maputo: MEF;

Governo de Moçambique (2023). *Balanço do Plano Económico e Social de 2022*. Maputo: MEF [[inclui Balanços das províncias

abrangidas no Capítulo 1]];

Governo de Moçambique (2023). Relatório de Execução do Orçamento do Estado 2022. Maputo: MEF;

<http://www.ine.gov.mz/estatisticas>, consultado em 13 de Março de 2023;

<http://www.mef.gov.mz/>, consultado em 11 de Maio de 2023;

https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/160825_a_genda2030_completo_pt_br.pdf;

<https://www.mitader.gov.mz/atendimento/>, consultado em 18 Abril de 2023;

<https://www.mitader.gov.mz/projectos/>, consultado em 20 de Abril de 2023;

<https://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/library.html>, consultado em 17 de Abril de 2023;

<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-data/World-Development-Aid-at-a-Glance-2018.pdf>; consultado em 18 de Abril de 2023;

<https://www.unicef.org/mozambique/pesquisas-e-publica%C3%A7%C3%B5es>, consultado em 23 e 27 de Abril de 2023;

INE (1998). Inquérito Demográfico e de Saúde 1997. Maputo: INE;

INE (2005). O Sector Informal em Moçambique: Resultados do

Primeiro Inquérito Nacional. Maputo: INE;

INE (2006). Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05), Relatório Final. Maputo: INE;

INE (2009). Mortalidade em Moçambique, Inquérito Nacional sobre Causas de Mortalidade 2007/8, Relatório Preliminar. Maputo: INE;

INE (2010). Inquérito sobre o Orçamento Familiar 2008/09, Quadros Básicos. Maputo: INE;

INE (2012). Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares, Relatório do Primeiro Trimestre. Maputo: INE;

INE (2015). *Estatísticas de Crime e Justiça*. Maputo: INE;

INE (2015). *Estatísticas do Comércio Externo Importações, Moçambique Volume II 2013–2014*. Maputo: INE;

INE (2015). *Estatísticas Industriais 2014*. Maputo: INE;

INE (2015). Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15, Relatório do Módulo da Força de Trabalho. Maputo: INE;

INE (2015). Inquérito aos Orçamentos Familiares 2014/15, Principais Resultados, Nota de Imprensa. Maputo: INE;

INE (2016). *Anuário Estatístico 2015*. Maputo: INE;

INE (2016). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15*. Maputo: INE;

INE (2017). *Estatísticas de Violência Doméstica 2014-2016*.

Maputo: INE;

INE (2018). *Estatísticas de Violência Doméstica 2017*. Maputo: INE;

INE (2018). *Estatísticas do Turismo 2015 – 2017*. Maputo: INE;

INE (2018). *Estatísticas dos Transportes e Comunicações 2017*. Maputo: INE;

INE (2019). *Anuário Estatístico 2018*. Maputo: INE;

INE (2019). *Estatísticas da Cultura 2018*. Maputo: INE;

INE (2019). *Estatísticas do Comércio Externo de Bens – Moçambique 2018*. Maputo: INE;

INE (2019). *Estatísticas do Turismo 2016 – 2018*. Maputo: INE;

INE (2019). *Estatísticas dos Transportes e Comunicações 2018*. Maputo: INE;

INE (2019). *Estatísticas Industriais 2018*. Maputo: INE;

INE (2019). Resultados Preliminares do IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo, 30 de Dezembro de 2017;

MARP (2019). *Segundo Relatório de Revisão de Moçambique*. Maputo: MARP;

Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recurso Hídricos (2020). Boletim Estatístico de Construção e Montagem 2019. Maputo: MOPHRH;

MISAU et al (2010). Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos

Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA) 2009 Ministério da Saúde Instituto Nacional de Saúde. Maputo: INE;

MISAU et al (2012). Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Maputo: INE;

Nipassa, O. (2009). Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica. II Conferência do IESE, Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009;

República de Moçambique (2019). Conta Geral do Estado 2018, Volumes I, II, III, IV e IV-A. Maputo, Maio de 2019;

Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável:

https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/160825_agenda2030_completo_pt_br.pdf; consultado em 24 de Dezembro de 2019.

VozPoBa, que é uma abreviação de "*Dando Voz e Poder à Base*", é um Projecto orientado para o reforço dos espaços e mecanismos de participação pública, no âmbito da governação descentralizada, com enfoque no fortalecimento de actores e Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs), incluindo Observatórios de Desenvolvimento, a todos os níveis, na sua ligação com o ciclo de planificação pública no país. Também tem como foco o reforço da ligação vertical entre actores, espaços e instituições, do nível distrital ao nível central, mas também o robustecimento da ligação e comunicação horizontal entre actores, sectores e instituições a cada nível de governação.



Dezembro de 2023

Apoio:

